

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

SAMOEL BENEDET CITADIN

**ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE
PRAIA GRANDE/SC**

CRICIÚMA

2019

SAMOEL BENEDET CITADIN

**ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE
PRAIA GRANDE/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2019

SAMOEL BENEDET CITADIN

**ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE
PRAIA GRANDE/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 02 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dimas de Oliveira Estevam - Doutor - (UNESC) - Orientador

Max Richard Coelho Verginio - Mestrando - (UNESC)

Prof^a. Giovana Ilka Jacinto Salvaro - Doutora - (UNESC)

À minha companheira, sempre comigo, e ao
nosso filho Nicolas, tão aguardado.

AGRADECIMENTOS

A esta Universidade e aos professores, pelo acolhimento e ensinamento oferecidos no curso de ciências econômicas.

Ao meu orientador, professor Dimas de Oliveira Estevam e à professora Giovana Ilka Jacinto Salvaro, com quem dividi minhas dúvidas e anseios e que me ajudaram nesta caminhada final.

A minha mãe Maria Helena Benedet Citadin e ao meu pai Dino Feltrin Citadin (*in memoriam*) que, sempre me deram forças e acompanharam os meus caminhos.

A minha companheira, pilar e alicerce das minhas conquistas e motivação para aquelas vitórias que ainda virão e, em especial, ao nosso filho.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“A humanidade nunca se interroga sobre questões que não possa tentar resolver. Foi a consciência coletiva sobre o possível, e provável, encurtamento da presença da própria espécie humana neste planeta que levou à formulação da expressão desenvolvimento sustentável para se referir à esperança de que seja possível compatibilizar a expressão de suas liberdades com a conservação dos ecossistemas que constituem sua base material.”

José Eli da Veiga

RESUMO

O Turismo Rural adquire importante papel para o desenvolvimento rural do Brasil. Isto porque, proporciona meios pluriativos para a população rural complementar sua renda, proporcionando melhor qualidade de vida, além de evitar o êxodo rural. Para isso, tanto o Estado, quanto produtores privados e a própria sociedade necessitam unir-se, através da formulação e implementação de políticas públicas que permitam a realização do segmento turístico no meio rural de forma sustentável, evitando o desgaste do meio ambiente e continuidade dos serviços pelos seus prestadores. O presente trabalho teve como escopo analisar os aspectos sociais e econômicos do turismo rural no município de Praia Grande/SC. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza descritiva, com levantamento teórico e documental envolvendo, respectivamente, material bibliográfico diversificado como livros, artigos de periódicos, entre outros, e dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como pela prefeitura Municipal de Praia Grande, pelo Ministério do Trabalho, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Turismo, pelo Centro de Informação Turística de Praia Grande (CAT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O processo de análise dos dados envolveu uma abordagem descritiva (estatística descritiva). Em um primeiro momento, foi retomado o debate sobre o desenvolvimento rural, agricultura familiar, políticas públicas e turismo rural. Por fim, foram apresentados e analisados os indicadores sociais e econômicos do município, mapeando a estrutura de turismo como hospedagem, alimentação, lazer, entre outros; também, foram descritos os subsetores do setor de serviços do município relacionados ao turismo no espaço rural, a população total ocupada nestes subsetores, bem como as várias ramificações do turismo no espaço rural disponíveis em Praia Grande/SC.

Palavras-chave: Turismo Rural; Agricultura familiar; Pluriatividade; Sustentabilidade.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa de Santa Catarina e Praia Grande	27
Imagem 2 – Mapa de localização do município de Praia Grande na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul	38
Imagem 3 - Cânion Itaimbezinho e Trilha do Rio do Boi	38
Imagem 4 - Cânion Malacara	39
Imagem 5 – Centro de informações turísticas Praia Grande/SC.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População rural e urbana do município de Praia Grande (1991-2010) ...	28
Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano do município de Praia Grande/SC – IDHM (1991-2010).....	30
Tabela 3 – Educação no município de Praia Grande/SC (2005-2017).....	31
Tabela 4 – Participação de trabalhadores/as - IBGE Grandes Setores – Praia Grande/SC (2010-2017).....	33
Tabela 5 – Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por sexo, em Praia Grande/SC (1985-2017).....	35
Tabela 6 – Estabelecimentos de hospedagem em Praia Grande/SC (1989 – 2018)	46
Tabela 7 - Número de estabelecimentos com serviços de alimentação em Praia Grande (2000- 2018).....	47
Tabela 8 – Trabalhadores/as nos setores de Alojamento e Alimentação – Praia Grande/SC (2007-2017).....	48
Tabela 9 – Trabalhadores no setor de Alojamento – Praia Grande/SC (2007-2017).	49
Tabela 10 – Trabalhadores/as no setor de Alimentação – Praia Grande/SC (2007-2017).....	49
Tabela 11 - Operadoras de Turismo – Praia Grande/SC	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos atrativos turísticos dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral em Praia Grande/SC.....	40
Quadro 2 – Caracterização dos atrativos turísticos no município de Praia Grande, externos aos limites dos Parques, em Praia Grande	41
Quadro 3 – Atividades Turísticas ligadas ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) - 2017	44
Quadro 4 - Análise SWOT do Município de Praia Grande/SC	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Pirâmide Etária – População de Praia Grande – 1991; 2000 e 2010.....	29
Gráfico 2 - Número de visitantes no município de Praia Grande/SC (2018-2019)	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEVAM	Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba
AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
APETUR	Associação Praiagrandese dos Empresário do turismo
COOPERVIDA	Cooperativa Orgânica dos Agricultores do Sul Catarinense
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
EPAGRI	Empesara de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A.
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM	índice de Desenvolvimento Humano
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PMPG	Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
RAIS	Relação Anual de Informação Sociais
RS	Rio Grande do Sul
SAR	Secretaria de Estado da Agricultura e da pesca
SC	Santa Catarina
SOL	Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Pesca
SWOT	<i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats</i> (em português forças, fraquezas, oportuniades e ameaças)
TRAF	Turismo Rural na Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E TURISMO	13
2.2 TURISMO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	16
2.3 TURISMO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	21
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	26
3.1 BREVE HISTÓRIA E CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC	26
3.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE.....	27
3.3 PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES/AS POR GRANDES SETORES ECONÔMICOS DE PRAIA GRANDE/SC	32
3.4 PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE PRAIA GRANDE/SC	34
3.5 TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC.....	37
3.5.1 Breve histórico do turismo no município e localização geográfica.....	37
3.5.2 Atividades turísticas realizadas em Praia Grande.....	40
3.5.3 Estrutura de Turismo Rural: estabelecimentos de hospedagem e alimentação.....	43
3.5.4 Serviços de turismo e relacionados: operadoras e guias de turismo	50
3.5.5 Análise do potencial turístico de Praia Grande	53
4 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

O turismo no Brasil desenvolve importante papel econômico e social, em especial o turismo rural, que, incorporado à atividade já desenvolvida pelo cidadão do campo, é responsável pelo complemento da renda destas famílias, gerando um efeito multiplicador, criando oportunidades de empregos, agrícolas ou não agrícolas, para as demais pessoas residentes na área rural. À vista disto, como objetivo geral, o estudo buscou analisar os aspectos sociais e econômicos do turismo rural no município de Praia Grande/SC, isso porque o município conta com diversificadas paisagens naturais, que recebem visitantes do mundo todo. Os objetivos específicos estão caracterizados nos indicadores socioeconômicos do município; no mapeamento da estrutura de turismo rural no município (hospedagem, alimentação, lazer, entre outros); na descrição dos subsetores do setor de serviços relacionados ao turismo rural e na apresentação da população total ocupada em subsetores relacionados ao turismo rural.

O estudo se justifica, entre outros fatores, para saber quais os subsetores são mais beneficiados com o turismo rural e a importância para desenvolvimento regional e local. Ademais, a evolução das atividades turísticas no município permite a “[...] valorização dos aspectos naturais da cultura e da atividade produtiva das comunidades familiares, estimulando, também, a recuperação e conservação da economia do território” (BRASIL, 2004a, p. 43). Frente ao descrito, estima-se que o trabalho realizado contribua com construção de estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico decorrente do turismo rural e que abrange vários outros setores do município.

O trabalho envolveu pesquisa documental, realizada entre o segundo semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019. Na pesquisa documental, foram utilizados “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 1994, p. 73). Os dados foram localizados por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da prefeitura Municipal de Praia Grande/SC, do Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS), Ministério do Turismo, Centro de Informação Turística de Praia Grande (CAT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de contato por telefone com gestores de pousadas, de restaurantes e operadoras de turismo.

O dados pesquisados nas referidas bases foram sobre a população rural e urbana (1991-2010), IDHM (1991-2010), educação (2005-2017), participação de trabalhadores por grandes setores (conforme IBGE 2010-2017), evolução da população ocupada em estabelecimentos agropecuários (1986-2017), número de estabelecimentos de hospedagem (1989-2018) e de alimentação (2000-2018), participação de trabalhadores no setor de alojamento e alimentação (2007-2017), número de operadoras de turismos. O processo de análise dos dados foi realizado pela abordagem descritiva, por meio de “recursos proporcionados pela estatística descritiva o que costuma ser chamado de análise univariada.” (GIL, 2010, p. 161).

Além da introdução e da conclusão, o trabalho apresenta um capítulo de fundamentação teórica e um de apresentação e análise dos dados. No capítulo de fundamentação teórica, foi retomada a discussão sobre o desenvolvimento rural no Brasil e as estratégias criadas por estudiosos e pelo próprio Estado, por meio da implementação de políticas públicas. Ainda, foi explanado acerca do turismo no espaço rural no Brasil, sua definição e impacto na comunidade e sua utilização como uma das formas de desenvolvimento e permanência dos agricultores no meio rural, associado ao debate sobre preservação ambiental e sustentabilidade.

No capítulo de apresentação e análise de dados, para o alcance dos objetivos geral e específicos, foi apresentado o município de Praia Grande, sua localização geográfica, histórica e dados referentes à educação, saúde e população rural/urbana. Também, foram descritos os indicadores econômicos, tais como o trabalho formal por grandes setores, advindos dos setores da indústria, comércio, construção civil, agropecuária e serviços em geral, bem como o trabalho realizado pelos agricultores familiares. Quanto ao setor de serviços, o capítulo apresenta dados sobre os subsetores relacionados ao turismo rural, a fim de mapear sua estrutura no município (hospedagem, alimentação, lazer, entre outros), assim como apresentar a população total ocupada por subsetores associados ao turismo. Por fim, buscou relacionar os tipos de turismo praticado em Praia Grande (agroturismo, turismo de aventura e pedagógico, ecoturismo, turismo rural na agricultura familiar), nas mediações dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, assim como nas demais áreas do município, sobretudo, no meio rural.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O turismo no espaço rural tem sido visto como uma forma de alavancar o desenvolvimento rural, em especial, quando desenvolvido em meio à atividade no campo e de modo sustentável, recebendo o nome de Turismo Rural, que se desdobra em Agroturismo e Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Deste modo, este trabalho tem como fundamentação analisar os motivos que ocasionaram a retomada da discussão, em 1990, do desenvolvimento rural, aliado ao debate sobre a sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Além disso, classificar as diversas ramificações do turismo brasileiro, sua definição e impacto na comunidade rural, como forma de transpor as dificuldades impostas pelo mercado, bem como destacar os possíveis incentivos da comunidade local, privada e do próprio Estado, mediante implementação de políticas públicas.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E TURISMO

O modelo de bem-estar social, a ser alcançado pelos Estados, passou a ser difundido no Pós-Guerra, com a finalidade principal de reconstrução e garantia de dignidade ao ser humano.

Desde meados do século XX que a expressão desenvolvimento ganhou espaço nos debates econômicos e políticos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e a vitória dos aliados, criou-se um ambiente favorável à superação das crises econômicas, sociais e políticas. (ORTEGA, 2007, p. 276).

Período este que ficou marcado pela globalização, em que as ações do Estado se voltavam para a criação e ampliação dos polos industriais urbanos e política centralizada, em um modelo piramidal redistributivo de recursos à população mais carente (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 39-40). Todavia, de acordo com Schneider (2010, p. 513-514), o desenvolvimento rural retomou força e visibilidade no cenário brasileiro em 1990, período de pós-ditadura militar e promulgação da Constituição Federal de 1988, que prevê direitos sociais ao cidadão, tendo a agricultura familiar como forma de promover o desenvolvimento rural, assim como a criação e fortalecimento das instituições, como as Organizações Não Governamentais (ONGs) e cooperativas, por exemplo, a reforma agrária, criação de secretarias rurais

e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Além disso, o debate sobre a sustentabilidade e o meio ambiente, proporcionado pela conferência sobre o Meio Ambiente da ONU, em 1992, trouxe consigo uma nova conscientização em meio aos estudiosos e o governo (SCHNEIDER, 2010, p. 513-514).

Schneider (2010, p. 514-527) destaca quatro fatores que reacenderam o debate sobre o desenvolvimento rural, na década de 1990. O primeiro estaria ligado ao conceito de agricultura familiar e desenvolvimento territorial defendido por José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, que veem na cooperação e no compartilhamento de conhecimentos entre agricultores, grande potencial de crescimento e inovação, o qual permitiria “[...] que determinadas características locais sejam valorizadas, como, por exemplo, os atributos naturais (ou amenidades) e a herança cultural de determinada localidade, e se transformem em vantagens competitivas dos territórios” (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 57). Tal perspectiva de desenvolvimento promoveria políticas descentralizadas de atividades não somente setoriais, com a união dos autores privados, do governo local e federal e da associação de agricultores. Deste modo:

Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos novos territórios (ABRAMOVAY, 2003, p. 98).

A crítica de Beduschi Filho e Abramovay (2004, p. 60-61) se refere ao fato de que muitos benefícios oferecidos, como por exemplo, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), têm como público alvo os municípios menores e mais pobres, mas que, pela falta de pessoal qualificado na elaboração e sustentação de projetos, impede o desenvolvimento de fato, eis que acaba, tão somente, por atender as necessidades básicas daquela comunidade.

Como segundo fator importante no debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil, Schneider (2010, p. 514-515) aponta a “crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, e entre outras”,

também nomeada de o “novo rural brasileiro ou rurbanização”. Para Silva (1999), o meio rural e urbano não mais se dividem, em razão da urbanização do campo e da industrialização da agricultura, senão vejamos:

Em resumo, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuária. Há um conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 24- 25).

Ganha destaque a nova característica do trabalhador rural, a pluriatividade, de forma a realizar atividades rurais e não-rurais para a sobrevivência, pois possibilita ao trabalhador rural explorar atividades, até então, tidas como urbanas, assim como atrair o trabalhador/investidor urbano para as novas possibilidades de investimento integrado no meio rural, principalmente o lazer e o turismo (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 5).

No entanto, não se poderia esquecer parte da população rural que não conseguiu se adequar ao modelo capitalista e competitivo, aqueles que não dispõem de recursos para a modernização dos instrumentos de trabalho, educação e, até mesmo, terra. Para atender a esta parcela da população, Schneider (2010, p. 522) defende a inserção de “políticas sociais e compensatórias” em conjunto “[...] às políticas para o novo rural brasileiro, que incluem políticas de habitação, de turismo rural, valorização das amenidades, de regularização das relações trabalhistas e de urbanização do rural (serviços de infraestrutura e planejamento, entre outras)”.

A terceira vertente no debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil surge “[...] a partir da análise da tradição política de tipo tradicional e patriarcal, que obstaculizaria não só as transformações estruturais mas, fundamentalmente, as mudanças de natureza sociocultural” (SCHNEIDER, 2010, p. 522), isso porque, o desenvolvimento almejado esbarraria “[...] em mecanismos de dominação social e cultural que são construídos historicamente por elites locais para legitimar seu poder e manter privilégios que sustentam suas posições” (SCHNEIDER, 2010, p. 522). Em contrapartida, a população rural deveria se unir a fim de reivindicar do Estado, tanto

direitos básicos do cidadão, quanto os recursos para o desenvolvimento, como acesso à financiamentos, por exemplo.

Já a quarta vertente, busca examinar como se comportam os agricultores rurais, diante das dificuldades trazidas pelo capitalismo e o agronegócio na agricultura, chegando à conclusão de que a resposta para a permanência no mercado dependeria “[...] de sua capacidade de inserção em um ambiente em que sejam capazes de inovar (progresso técnico), adquirir domínio relativo sobre os mercados e desenvolver formas de gestão e planejamento técnico” (SCHNEIDER, 2010, p. 525), vendo na agricultura familiar importante papel no desenvolvimento do campo.

Da análise do autor sobre as vertentes citadas, chegou-se a concordância de que ocorreu uma modificação da população rural, de que a agricultura familiar assume papel de importância e destaque no cenário capitalista e, por fim, deve-se combater à pobreza das populações rurais através de ações estatais (SCHNEIDER, 2010).

Uma das formas de enfrentamento as diversidades impostas pelo capitalismo, visto que o “novo rural” tomou o espaço rural, o turismo torna-se uma nova fonte de renda aos agricultores pluriativos, que tem como forma de sustento não apenas a agricultura, mas também o espaço em que trabalha, seja pela paisagem ou o modo de vida, como forma de atrair turistas interessados no que a natureza proporciona, como silêncio, ar puro, descanso e lazer. O meio rural é visto como “válvula de escape” para aqueles que desejam fugir, temporariamente, da urbanização das cidades (MAIA, 2015).

2.2 TURISMO E AGRICULTURA FAMILIAR

O turismo rural passou a ser visto, no Brasil, como atividade geradora de renda, que possibilitaria o desenvolvimento no meio rural, na década de 1980, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tendo o Município de Lages, em Santa Catarina, como pioneiro neste ramo, “[...] que nasceu como uma alternativa ao aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, predominantes na região” (SILVA; VILARINHO; DALE, 1998, p. 132), possibilitando a complementação no orçamento do agricultor ou morador do campo, preservando os costumes, tradições e história do local (BRASIL, 2010, p. 13). No mesmo sentido, Rameh e Santos (2011, p. 56) afirmam que o turismo rural:

[...] une a necessidade das famílias do campo de aumentar e diversificar sua fonte de renda, ao desejo da população urbana de experimentar uma vivência bucólica. Esta união faz com que, na mesma proporção, aconteça a melhoria da renda do homem do campo e cresçam as opções de lazer do homem da cidade. Desta forma, estimula-se o consumo de vários produtos e serviços, gerando o efeito multiplicador da atividade turística dentro das propriedades rurais e no seu entorno. Além disso, pode-se beneficiar a comunidade local na medida em que se promove a melhoria da infra-estrutura para receber os visitantes.

Há, contudo, diversos tipos de turismo (rural, ecológico, esportivo, de aventura, e etc.), que podem ser realizados no território brasileiro, diante da diversidade de relevos, fauna, flora e, principalmente, a multiplicidade cultural; assim, pode-se entender como Turismo no Espaço Rural toda esta variedade de formas de turismo, quando realizado no espaço rural (MAIA, 2015, p. 7), Silva, Vilarinho e Dale (1998, p. 188) descrevem como aquele turismo que engloba:

[...] não apenas aquelas atividades que vêm se desenvolvendo no interior das propriedades rurais, tradicionalmente denominadas de turismo rural ou agroturismo – termos esses que serão aqui utilizados como sinônimos – mas também aquelas atividades de lazer realizadas no meio rural, denominadas de turismo ecológico ou ecoturismo, o turismo de negócios, o turismo de saúde, etc.

Logo, entende-se o turismo no espaço rural como qualquer atividade realizada neste espaço, que envolva o turismo. Uma das categorias de turismo que pode ser praticado denomina-se Turismo Rural, definida pelo Ministério do Turismo “[...] como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2004b, p. 11).

Do turismo rural, desdobram-se duas formas de turismo: o Agroturismo, que é aquele em que o agricultor, em meio à sua produção, disponibiliza a vivência, serviços e produtos, ou seja, o turismo serve de complemento à renda familiar, visto que o agricultor continua a exercer sua atividade agrícola. O agroturismo permite que o turista possa desfrutar de ambiente colonial:

A definição traz na sua essência a noção de que a atratividade das propriedades rurais está na oportunidade do turista acompanhar a produção de produtos agrários - doces, geléias, pães, café, queijo, vinhos, aguardentes

- ou vivenciar o dia-a-dia da vida rural, por meio do plantio, colheita, manejo de animais, consumindo os saberes e fazeres do campo (BRASIL, 2010, p. 20).

O outro ramo é o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), como indica o nome, é realizado dentro do núcleo familiar pertencente aos agricultores familiares e que exploram a agropecuária, definida pela Lei nº 14.361/08, que estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina, como um:

Art. 2º [...], I - TRAF: conjunto de atividades turísticas que ocorrem na unidade de produção de agricultores familiares e/ou em localidades rurais, baseadas na oferta de produtos e serviços de qualidade, na valorização do modo de vida rural, assim como do patrimônio cultural e natural (SANTA CATARINA, 2008);

Neste sentido, o Ministério do Turismo dispõe que:

[...] A produção se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária, sendo a família a detentora dos meios de produção. O trabalho está intimamente ligado à gestão da propriedade e é exercido em uma área relativamente pequena ou média. O que diferencia o Agroturismo do TRAF é que este último segue os requisitos da Lei 11.326, ou seja: a mão-de-obra é majoritariamente familiar; a gestão do estabelecimento cabe à própria família; a área da propriedade não supera 4 módulos fiscais¹; a principal fonte de renda da família se origina de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento (BRASIL, 2010, p. 21).

A Lei nº 11.326/06 (BRASIL, 2006), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, também engloba, nesta categoria, os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e remanescentes quilombolas, desde que estejam enquadrados nos requisitos dispostos no § 2º, do artigo 3º da lei (BRASIL, 2006). Ainda, a Lei Catarinense nº 14.361/08 (SANTA CATARINA, 2008), inclui ao rol do TRAF os pescadores artesanais e assentados da reforma agrária (art. 3º, Lei nº 14.361/08).

Diante disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004a, p. 4) elenca os benefícios do turismo rural – de caráter social e ambiental - no

¹ Nota de rodapé 29, apresentada no texto: “Modulo Fiscal: Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; o conceito de propriedade familiar.” (BRASIL, 2010, p. 21).

desenvolvimento cultural e econômico do campo em consonância com a preservação da natureza, sendo que o primeiro faz ressurgir naquela localidade “[...] as artes, as crenças, os cerimoniais, a linguagem, o patrimônio arquitetônico, que são restituídos ao cotidiano, criando marcas locais interessantes para o turismo” (BRASIL, 2004a, p. 4), e o segundo conscientiza o “[...] uso racional dos recursos naturais, sua conservação e recuperação, visto que tais recursos passam a constituir atrativos turísticos” (BRASIL, 2004a, p. 4).

É neste cenário de modernização e aprimoramento da agricultura, juntamente com a adaptação do agricultor às novas técnicas e demandas do mercado econômico, que o agricultor familiar ganha espaço e importância na busca do desenvolvimento no campo, pois carrega na sua essência instrumentos, que lhes permitem competir no mercado capitalista.

Conforme destaca Maria de Nazareth B. Wanderley (2003, p. 55), os agricultores familiares “não correspondem, portanto, a nenhuma invenção moderna produzida exclusivamente pela ação do Estado”, isto é, apesar dos incentivos e implementos disponibilizados pelo Estado, eles trazem consigo a tradição e conhecimento de outrora. Isso porque, embora a industrialização na agricultura tenha marcado a transição do campesinato tradicional para agricultura moderna - em razão da introdução de maquinário e outras tecnologias, o que demandou dos agricultores certo grau de instrução que, somente o conhecimento adquirido pelos antepassados, não se mostrava suficiente para acompanhar o mercado -, o agricultor ainda traz consigo resquícios da ascendência camponesa. O que faz do agricultor ganhar espaço e o diferencia dos demais produtores agrícolas, segundo Wanderley (2003, p. 45-54), é justamente esta herança transmitida pelo campesinato, que se manifesta através do conhecimento, passado de geração em geração, vez que a “qualidade” dos produtos adquire maior valor, entre os consumidores, do que a produção em grande escala, senão vejamos:

Produzir qualidade supõe, nessa perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados (WANDERLEY, 2003, p. 54).

Diante disso, pode-se argumentar sobre o grande potencial que o turismo rural apresenta, no que se refere ao desenvolvimento rural e à possibilidade de criação

de novas fontes de renda e emprego no campo. No entanto, a implementação do turismo, principalmente quando inserido na agricultura familiar, ainda sofre com sua execução na prática, isso porque alguns autores elencam as consequências negativas e dificuldades enfrentadas pelos agricultores, em especial as localidades menos desenvolvidas, que carecem das necessidades mais básicas à sobrevivência digna, o que permitiria que os investimentos disponibilizados pelas políticas estatais atinentes ao desenvolvimento, pudessem ser utilizadas para ampliar as chances do pessoal do campo, fortificando o turismo, e não usadas apenas para suprir tais necessidades da população local, como destaca Beduschi Filho e Abramovay (2004, p. 59-62).

O aumento da jornada de trabalho do trabalhador rural, que precisa conciliar a atividade turística em meio a sua atividade agrícola, assim como a falta de preparo para lidar com as demandas que o turismo impõe, aliadas a falta de legislação específica que trate do turismo rural, são alguns entraves para plena realização do turismo, segundo afirma Maia (2015, p. 10). A autora complementa que tais problemas poderiam ser revertidos ante a “[...] formulação de uma política (no nível federal, estadual e municipal) que incentive e regulamente, dê parâmetros legais a essa atividade, que tem um potencial tão grande para alavancar o desenvolvimento [...]” (MAIA, 2015, p. 13) das áreas rurais. Argumento, também, defendido pelos autores Rameh e Santos (2011, p. 58), que veem como indispensáveis o envolvimento do Estado, no “[...] planejamento através de políticas e da legislação necessárias ao desenvolvimento da infra-estrutura básica, que proporcionará o bem-estar da população residente e dos turistas”.

Ainda, conforme ressaltam Rameh e Santos (2011, p. 57-58), a falta de planejamento do Estado e de preparo daqueles que recebem os turistas, são consequências nocivas às comunidades que oferecem este atrativo. Os autores salientam que:

Atualmente sabemos que quando as ações turísticas têm como o princípio apenas o enriquecimento de grandes investidores, e pouco colabora para a satisfação das necessidades e melhoria das condições de vida das populações autóctones, não podem contribuir para o desenvolvimento local. Ao invés de servir como instrumento de desenvolvimento, serve nesse caso como ferramenta para o aumento das injustiças sociais (RAMEH; SANTOS, 2011, p. 57).

Da mesma forma, embora reconheça a importância do envolvimento Estatal para a implantação do turismo, Schneider (2006, p. 7-8) levanta a preocupação

com o impacto que este poderá trazer sobre o modo de vida da população, sobretudo, nas pequenas comunidades, devendo os mediadores das políticas públicas dispensar especial cuidado em sua elaboração. Além disso, o autor reforça a importância de que a atividade desenvolvida seja feita de forma complementar, visto que o turismo ocorre, em regra, de forma sazonal, ou seja, é possível sua estagnação em certos períodos do ano, o que prejudicaria a situação financeira daquele que depende exclusivamente dele (SCHNEIDER, 2006, p. 4).

2.3 TURISMO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A globalização marcou importante mudança em diversos setores da economia e com a agricultura não foi diferente, uma vez que a modernização, os meios de produção e a forma com que é visto população do campo, modificaram-se nas últimas três décadas, o que gerou o aumento da competitividade no mercado, expansão do agronegócio, mas também como um novo jeito de pensar o campo, não apenas como local de atividade de produção, mas como possibilidade de complementar a renda e estimular a produção de novos postos de trabalho através do turismo rural, principalmente quando realizado de forma sustentável, pensando na preservação do meio ambiente aliado ao crescimento de oportunidades nas áreas rurais, gerando um efeito multiplicador, o que demandou do Governo medidas para estimular o desenvolvimento no campo através de políticas públicas (SCHNEIDER, 2006, p. 2-3). Políticas estas com a finalidade de fomentar o desenvolvimento sustentável destes agricultores e, conseqüentemente, o desenvolvimento do país como um todo.

Para Grisa e Schneider (2015, p. 127), “as políticas públicas refletem, portanto, o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição”. E é pensando nisso que a análise feita sobre as condições e circunstâncias para a criação de políticas devem ser pensadas sobre três referenciais: global, setorial e de política pública. Ou seja, em um primeiro momento, analisa-se, na esfera global, a situação de mercado e da sociedade (globalização, neoliberalismo, por exemplo); posteriormente, estuda-se o referencial setorial, “[...] que diz respeito às representações de um setor, entendido como um conjunto de questões ou problemas associados de maneira mais ou menos institucionalizadas a certas populações ou

temas” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 127); por fim, verificada a situação global e setorial, “[...] constrói-se uma representação da realidade sobre a qual se intervém, e é através desta imagem, denominada ‘referencial de uma política pública’, que os autores interpretam o problema, confrontam possíveis soluções e definem suas ações” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 127). Assim, estudam-se meios para buscar o desenvolvimento daquele setor específico, de modo a superar os problemas encontrados e utilizar as vantagens e os pontos fortes do setor escolhido, como exemplo, a expansão do meio agrícola, o turismo rural na agricultura familiar ou ecoturismo.

Em relação às políticas públicas criadas no Brasil, voltadas para a agricultura familiar, Grisa e Schneider (2015, p. 128-141) as dividem em três gerações: a) a construção de um referencial agrícola e agrário (1950-1990); b) a construção de um referencial social e assistencial (1990-2000); e c) construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental (a partir de 2000). A primeira geração de políticas públicas, criadas a partir de 1950, como explica Delgado (2009, p. 7), teve uma “[...] importância decisiva do Estado para sua implementação e o caráter conservador do processo, no sentido de que não representou qualquer rompimento com as elites agrárias e esteve baseado na manutenção de salários reduzidos”, isso porque o apoio voltava-se para a modernização industrial urbana, sob a ótica do referencial global da industrialização, o que deixou de lado o pequeno produtor rural e o agricultor familiar, principalmente, devido ao apoio do setor privado constituído da elite rural, bancária, comercial e imobiliária (DELGADO, 2009, p. 7-8).

Contudo, este “modelo de industrialização dependente e excludente” de política pública, apresentou desgastes na década de 1960, visto que “[...] seus mecanismos tradicionais de financiamento e suas frentes de expansão foram abaladas pela aceleração da inflação e pela perda de capacidade do Estado de manter a articulação do pacto de poder político que o sustentava” (DELGADO, 2009, p. 8). É neste momento que surgem as reivindicações ditas por Grisa e Schneider (2015, p. 129-130) como “reformas de base” (referencial setorial), que incluíam a reforma agrária, mudança do modelo econômico, melhores salários aos trabalhadores, defendidas por acadêmicos, partidos políticos e movimentos sociais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Apesar disso, a política assumida após o golpe militar manteve a dominância das classes sociais

mais abastadas, usando, sobretudo, a repressão política sobre seus opositores, tendo como referencial setorial a modernização da agricultura, a fim de torna-la competitiva no mercado internacional.

Grisa e Schneider (2015, p. 129-131) destacam que, embora em 1970 tenha havido o início da reivindicação da CONTAG junto ao governo, foi a partir da década de 1980, em especial com a Constituição Federal de 1988, que os agricultores familiares adquiriram espaço e maiores direitos, sob o novo referencial global do neoliberalismo, com destaque para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, bem como nas:

[...] mudanças na forma de atuação da CONTAG; a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e, nesta, a conformação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) em 1988; a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984; a institucionalização do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) em 1991, os quais vinham atuando desde o final da década de 1970, e a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1995 (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 130).

Ainda que o PRONAF tenha simbolizado a maior política pública voltada à agricultura, Grisa e Schneider (2015, p. 132-133) sugerem que os 16 maiores beneficiados continuam sendo os produtores mais privilegiados economicamente, da Região Sul e Sudeste, e as empresas da agroindústria.

A segunda geração de políticas para a agricultura familiar diz respeito a construção de um referencial social e assistencial, ainda sob efeito do referencial global neoliberal do final da segunda geração de políticas, porém, modificou o referencial setorial da época, que passou a primar por ações sociais e assistenciais, tais como o Programa Comunidade Solidária (governo FHC e Lula) e o Bolsa Família, incluso no Programa Fome Zero (governo Lula), do mesmo modo que a criação da linha de Infraestrutura e Serviços Municipais do PRONAF, que buscava atender as necessidades dos municípios menores e mais carentes, este último extinto em 2003 e substituído pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) que, por abranger territórios, acabava incluindo maior número de beneficiários (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 134-136). Com intuito de continuar atendendo os agricultores familiares, em 1998, foram criados o “[...] Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, que a partir de 2003 foram integradas ao Programa Bolsa Família” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 135).

A terceira geração de políticas para agricultura familiar teve início em 2003, com o governo Luiz Inácio Lula da Silva, mantendo o referencial global neoliberal, característica dita por Delgado (2009, p. 32) como “tentativa de criar oportunidades para avançar o projeto democratizante, sem promover rupturas significativas com o projeto neoliberal”, isto é, com o referencial voltado para a criação de mercado para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, o que deu início a uma importante mudança social e política como salienta Grisa e Schneider (2015, p. 138):

Atores até então marginais nas arenas públicas tornaram-se dominantes (caso de políticos vinculados aos Partidos dos Trabalhadores) e abriram oportunidades para a institucionalização de “novas” ideias e reivindicações de políticos, estudiosos, movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, dentre estes principalmente daqueles atuantes no tema da segurança alimentar e nutricional (e também, em grande medida, vinculados ao campo agroecológicos).

Ainda, a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), ministrado por José Graziano da Silva, assumiu 17 importante papel com a criação do Projeto Fome Zero responsável por atender a população mais carente, sob a “premissa do direito humano à alimentação” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 138), aliado à instituição dos projetos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em conjunto com Lei nº 11.947/09, que abrem novas oportunidades de complementar a renda dos agricultores familiares e valorização da produção local, visto que a legislação impõe que:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE², no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Deste modo, conclui-se que a primeira geração de políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar é marcada, principalmente na década de 1980, pelas reivindicações e conquistas dos movimentos sindicais e sociais no que se refere à ações governamentais (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 133). Na segunda

² Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

geração, as políticas foram voltadas para a assistência social e assistencial que, direta ou indiretamente, trouxeram desenvolvimento e melhorias no meio rural, em especial no Norte e Nordeste brasileiro, com “redução na pobreza e da desigualdade” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 137). A terceira geração mantém a referência global do neoliberalismo, mas abre maior espaço à sociedade civil e movimentos sociais, com enfoque na criação de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. No entanto, como ressaltam Grisa e Schneider (2015, p. 142), as três gerações continuam a coexistir no cenário atual, de modo que o debate de ideias e interesses continua presente, sobretudo em torno daqueles responsáveis pela elaboração e execução das políticas públicas.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O capítulo trata da análise do município de Praia Grande quanto a sua localização geográfica, histórica e aspectos sociais referentes à educação, população e IDHM. Outro assunto abordado se refere aos indicadores econômicos, tais como o trabalho formal realizado no município, advindo dos setores da indústria, comércio, construção civil, agropecuária e dos demais serviços oferecidos. Além disso, foi demonstrado o impacto do turismo no espaço rural em Praia Grande nos serviços ligados a hospedagem, alimentação e postos de trabalhos relacionados ao ramo turístico.

3.1 BREVE HISTÓRIA E CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC

Embora Praia Grande tenha seu povoamento iniciado em 1917, em 1730 suas trilhas já eram utilizadas por caçadores de índios, principalmente os índios carijós, que eram mais “dóceis” e de fácil escravização e evangelização. Também pelos traficantes de escravos e pelos tropeiros com suas mercadorias (RONSANI, 2000, p. 40-41).

Apesar de ter ocorrido o melhoramento das trilhas utilizadas pelos tropeiros só 130 anos após (1860) - o que acabou por alavancar o surgimento dos primeiros engenhos de farinha e cana-de-açúcar - foi somente em 1943 que o tráfego passou a ser motorizado, com a “[...] a abertura da estrada geral Nereu Ramos até o centro, foi declarada sede o novo distrito de Praia Grande” (RONSANI, 2000, p. 11).

O Município de Praia Grande, localizado no extremo sul de Santa Catarina, o qual faz divisa com estado do Rio Grande do Sul, ao sul e oeste, com os municípios de Mampituba e Cambara do Sul, e em Santa Catarina, ao norte com Jacinto Machado e Santa Rosa do Sul, e a leste com o município de São João do Sul. Além disso, está situado “[...] na bacia do Rio Mampituba que tem como os principais afluentes os rios Canoas, Pavão, Malacara, Três Irmãos, Cachoeira, Leão e arroios Josafaz, Faxinalzinho e São Gorgonho” (CAPITAL DOS CANYONS, 2019), adjacente dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral.

Imagem 1 - Mapa de Santa Catarina e Praia Grande



Fonte: Ciasc (2019)³.

Pertencente à Microrregião de Araranguá e a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC)⁴, Praia Grande fez parte do território de Araranguá até 1948, ano em que ocorreu a emancipação do município de Turvo, no qual Praia Grande passou a fazer parte (HOBOLD, 2005, p. 235). Sua emancipação ocorreu 10 anos depois, em 1958, com população descendente de imigrantes espanhóis, portugueses, italianos, alemães, poloneses e africanos.

3.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

A população do município contava, no ano de 2010, com o total de 7.267 habitantes, segundo os dados colhidos pelo IBGE (1991; 2000; 2010) no último censo realizado, conforme demonstram os dados da Tabela 1.

³ Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml>>. Acesso em: 14 mai.2019.

⁴ Composta pelos municípios de Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Maleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

Tabela 1 – População rural e urbana do município de Praia Grande (1991-2010)

ANO	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA	% RURAL	% URBANA	POPULAÇÃO TOTAL
1991	4.258	3.321	56,18	43,82	7.579
2000	3.349	3.937	54,04	45,96	7.286
2010	2.970	4.297	40,87	59,13	7.267

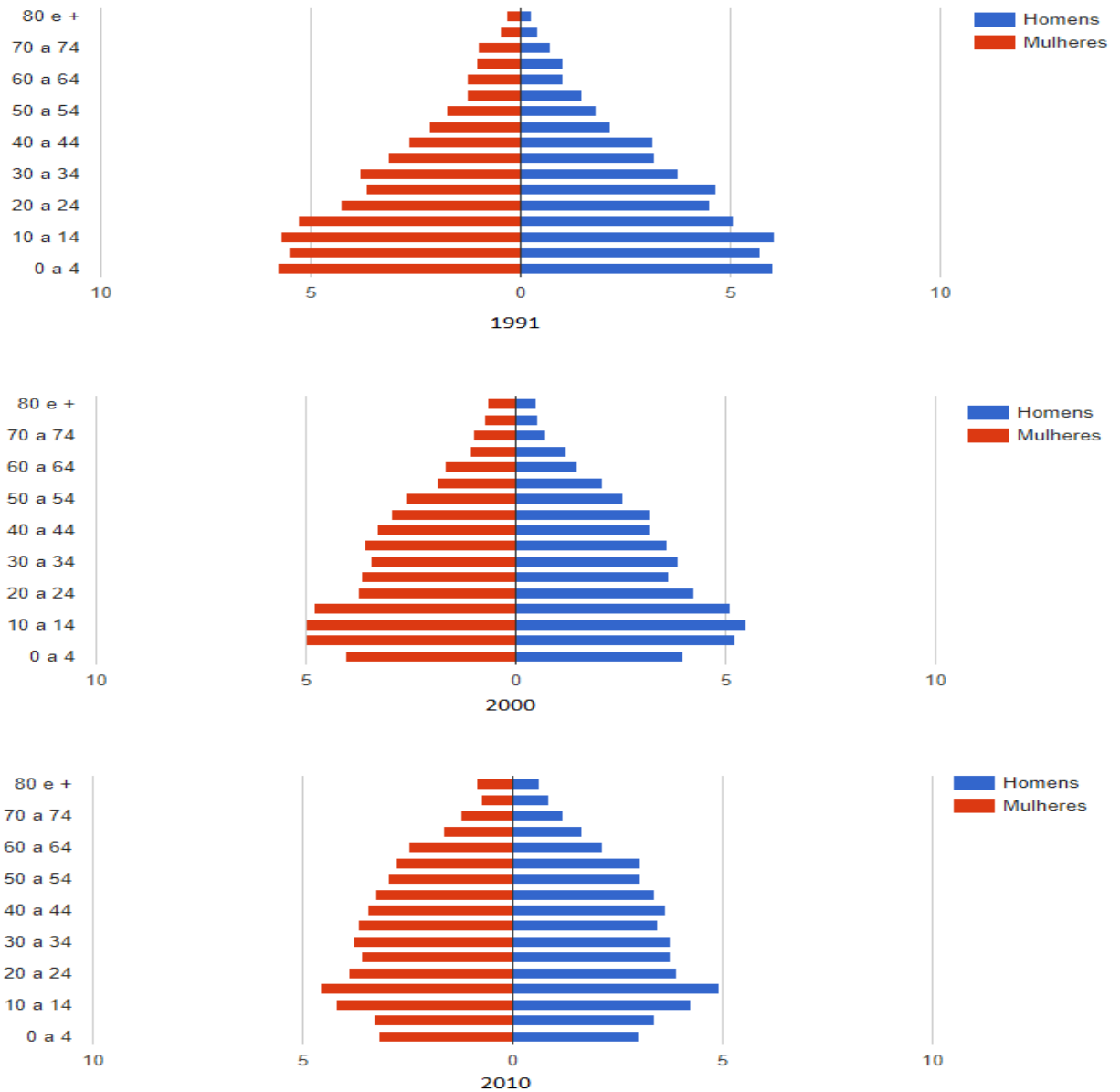
Fonte: Censos Populacionais (IBGE, 1991; 2000; 2010).

Os dados da Tabela 1 demonstram que não ocorreu um crescimento populacional, no período de 1991-2010.

O número de residentes na área rural em 1991, correspondia a 56,18% do total de habitantes, já em 2010, vislumbra-se uma diminuição deste percentual, passando a 40,87%. Inversamente proporcional ao ocorrido nas áreas urbanas, que passaram de 43,82% em 1991, para 59,13% de habitantes em 2010. Conforme estimativa do IBGE para 2018, a população deve corresponder a 7.326 mil habitantes (IBGE, 2018).

No que se refere à estrutura etária, o gráfico 1 apresenta dados e uma variação importante para a análise do presente estudo.

Gráfico 1– Pirâmide Etária – População de Praia Grande – 1991; 2000 e 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (1991; 2000; 2010 apud Atlas Brasil, 2013)

O município apresenta, ainda, uma modificação em sua estrutura etária quando comparados os censos de 1991 e 2010. Isso porque, em 1991, a população com menos de 15 anos equivalia a 34,49% da população total do município, demonstrando uma acentuada queda em 2010, visto que correspondeu a 21,58%, ou seja, 1.568 mil habitantes, do total de 7.267 mil (ATLAS BRASIL, 2013). Outra alteração se deu na população com 65 anos ou mais, que expressou em aumento de 5,32% em 1991, para 8,88% em 2010 (ATLAS BRASIL, 2013). Quanto à população de 15 a 64 anos, manteve-se em crescimento, sendo de 60,19% em 1991, e de

69,55% em 2010, correspondente a 5.054 mil habitantes (ATLAS BRASIL, 2013). Isto em razão de que a população que figurava em idade menor de 15 anos em 1991, passou em 2010, a integrar o núcleo ativo dos habitantes pertencentes às idade entre os 20 e 64 anos, perpetuando o crescimento verificado no Censo 2010 (gráfico 1, 2010).

Como visto acima no gráfico 1, a estrutura etária sofreu uma grande inversão com a diminuição no número de habitantes menores de 15 anos, se comparados ao censo de 1991, tendo início com a queda na natalidade no ano de 2000, persistindo até 2010. O gráfico 1 demonstra, também, um significativo aumento na população idosa com mais de 65 anos, decorrente, em grande parte, do melhoramento no Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município, como se pode concluir da Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano do município de Praia Grande/SC – IDHM (1991-2010)

ANO	1991	2000	2010
RENDA	0,617	0,640	0,692
EDUCAÇÃO	0,233	0,436	0,636
LONGEVIDADE	0,700	0,766	0,840
IDHM	0,465	0,598	0,718

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

De acordo com os dados exibidos acima, o município de Praia Grande tem como destaque a longevidade de seus habitantes - que reflete na qualidade da saúde oferecida pelo município - que apontou maior índice no IDHM, visto que em 1991, apresentou 0,700, chegando a 0,840 em 2010. Já a renda vem em segundo, com 0,617 em 1991, para 0,692 em 2010 e, por fim, a educação que apresentou índice de 0,233 em 1991, para 0,636 em 2010, o que demonstra um alto crescimento em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), chegando a um aumento de 20,07%, uma vez que:

O IDHM passou de 0,598 em 2000 para 0,718 em 2010 – uma taxa de crescimento de 20,07%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 70,15% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo

índice mais cresceu em termos mais absolutos foi educação (com crescimento de 0,200), seguido por longevidade e renda. (ATLAS BRASIL, 2013).

Ocupando, assim, a 1.362^a posição, em relação aos 5.565 municípios brasileiros.

Outro fator de suma importância para medir o desenvolvimento está na escolaridade dos habitantes do município. A Tabela a seguir mostra o número de matriculados entre os anos de 2005 à 2017, do ensino pré-escolar ao ensino médio:

Tabela 3 – Educação no município de Praia Grande/SC (2005-2017)

ENSINO	2005	2007	2009	2012	2015	2016	2017
PRÉ-ESCOLAR	216	183	182	205	157	169	199
FUNDAMENTAL	1.254	1.138	1.117	984	966	948	980
MÉDIO	312	319	253	291	224	198	186
TOTAL	1.782	1.640	1.552	1.480	1.347	1.315	1.365

Fonte: Matrículas (IBGE, 2005, 2007, 2009, 2012, 2015, 2016 e 2017).

Pode-se analisar na Tabela 3 que, entre o período estudado, ocorreu uma significativa queda no número de matrículas, tendo como um dos fatores a redução da natalidade abordada anteriormente. Dentre os censos realizados, o ano que apresenta maior redução é 2016, quanto aos matriculados no ensino fundamental (948 alunos) e médio (198 alunos, perdendo somente para os matriculados no ensino pré-escolar no ano de 2015 (157 alunos). Embora tenha havido um pequeno aumento em 2017, se comparados à 2015 e 2016, o total de alunos matriculados em 2005, caiu de 1.782 para 1.365 em 2017, uma redução de 23,40%.

De acordo com o IBGE (2017):

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6,2 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 114 de 295. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava de 101 de 295. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 99 em 2010. Isso posicionava o município na posição 76 de 295 dentre as cidades do estado e na posição de 610 de 5.770 dentre as cidades do Brasil.

A despeito da redução do número de matriculados, o nível do ensino no município permanece em crescimento, como destacam os dados da Tabela 2, corroborando com o aumento do índice do IDHM de Praia Grande.

Por fim, contribui para a formação do IDHM a renda per capita adquirida pelos habitantes do município que, no caso de Praia Grande, foi de R\$ 317,69 em 2000, para R\$ 591,62 em 2010, o que representou um aumento de 59,17 % para o município (ATLAS, 2013).

A taxa da população economicamente ativa⁵ com 18 anos ou mais no município, segundo o Censo de 2010 (ATLAS, 2013), é de 72,40%. Quanto à população desocupada⁶ chegou a 3,57%, e a população inativa apresenta-se como 24% da população, que correspondem aos idosos e crianças.

3.3 PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES/AS POR GRANDES SETORES ECONÔMICOS DE PRAIA GRANDE/SC

Outro importante aspecto a ser discutido são os postos de trabalho no município, dado que a oferta de emprego possibilita a manutenção e permanência da vida no campo e melhor qualidade de vida à população. A despeito das vagas de trabalho informais, principalmente na agricultura do município, as Tabelas 4 e 5 trazem a divisão por setores e por sexo dos empregos formais em Praia Grande nos anos de 2010 a 2017:

⁵ A taxa de atividade é a “razão entre as pessoas de 18 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100” (ATLAS, 2013).

⁶ Taxa de desocupação refere-se a população “[...] que não estava ocupada na semana anterior à data do Censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa” (ATLAS, 2013).

Tabela 4 – Participação de trabalhadores/as - IBGE Grandes Setores – Praia Grande/SC (2010-2017)

2017					
IBGE Gr Setor	Masculino	%	Feminino	%	Total
1 – Indústria	355	59,07	246	40,93	601
2 - Construção Civil	13	86,67	2	13,33	15
3 – Comércio	120	52,87	107	47,13	227
4 – Serviços	148	32,67	305	67,33	453
5 – Agropecuária	3	100	0	0	3
Total	639	49,20	660	50,80	1299
2010					
IBGE Gr Setor	Masculino	%	Feminino	%	Total
1 – Indústria	395	63,60	226	36,40	621
2 - Construção Civil	23	82,14	5	17,86	28
3 – Comércio	123	51,03	118	48,97	241
4 – Serviços	157	38,20	254	61,80	411
5 – Agropecuária	2	100	0	0	2
Total	700	53,72	603	46,27	1303

Fonte: RAIS (BRASIL, Ministério da Economia 2010-2017).

Dentre os grandes setores econômicos de Praia Grande, de acordo com o IBGE, a Tabela 4 mostra que o setor da indústria é o maior empregador formal do município, com um total de 601 trabalhadores/as (46,27%) em 2017; em relação ao ano de 2010, observa-se uma redução de trabalhadores de 3,22%. Em segundo lugar, verifica-se o setor de serviços, com um total de 453 trabalhadores/as (34,87%), que é o setor que apresentou maior crescimento no período analisado, com um aumento de 10,22% em relação a 2010. Em terceiro lugar, destaca-se o setor comércio, com um total de 227 trabalhadores/as (17,47%), com redução de 5,81% dos empregos formais. Os setores que menos comportam trabalhadores formais são a construção civil, com 15 trabalhadores em 2017, demonstrando uma redução de 46,42% em relação ao ano de 2010, e a agropecuária que foi de 2 trabalhadores em 2010, para 3 em 2017, o que se justifica pela prática da agricultura familiar no município.

Contudo, o setor de serviço passa a ocupar a quarta posição como maior empregador fixo com 203 trabalhadores (15,63%), quando separados dos serviços oferecidos pela administração pública que, em 2017, empregou o total de 250 trabalhadores (19,25%), o que inclui os profissionais ligados à saúde, educação, os

servidores públicos e demais trabalhadores com vínculo com a administração (RAIS, 2017), tornando-se o terceiro maior empregador do município.

Diante dos dados, percebe-se que os setores que mais fornecem empregos formais no município são a indústria, serviços (inclusos os servidores públicos) e o comércio, que juntos, abarcam 98,91% dos trabalhadores do município.

3.4 PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE PRAIA GRANDE/SC

Historicamente, o povoamento do município, em especial, pode ser atribuído ao comércio de venda e troca de produtos alimentícios com os tropeiros, visto que, segundo Campos, Brandt e Cancelier (2013, p. 162), “o impulso populacional e econômico criado por esta economia emergente estimulou o desenvolvimento de uma pequena agricultura mercantil, fazendo com que Praia Grande escapasse à estagnação econômica e social”. Atualmente, a produção agrícola do município tem seu foco em quatro atividades distintas, as quais envolvem os cultivos do arroz, do fumo, da banana e do milho. Os produtos cultivados evidenciam uma mudança na dinâmica da produção de subsistência (e venda de excedentes) para a produção especializada, voltada as demandas da mercantilização. A mudança ocorreu, principalmente, entre os anos de 1970 e 1980, período em que as novas demandas do mercado impunham ao agricultor a modernização dos meios de produção, o que gerou em todo o país o êxodo da população rural para o meio urbano.

A Tabela 5, abaixo apresentada, demonstra a evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por sexo, conforme dados dos Censos Agropecuários de 1985, 1995, 2006 e 2017.

Tabela 5 - Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por sexo, em Praia Grande/SC (1985-2017)

Censo agropecuário	Homens	%	Mulheres	%	Total de pessoal Ocupado
1985	2.131	57,07	1.603	42,93	3.734
1995	1.360	60,23	898	39,77	2.258
2006	866	68,08	406	31,92	1.272
2017	465	63,44	268	36,56	733

Fonte: Censos Populacionais (IBGE 1985, 1995, 2006, 2017).

Todavia, no município de Praia Grande/SC, o êxodo rural ocorreu de forma parcial e seletiva, em grande medida, da população mais jovem e, sobretudo, da população feminina como mostra a Tabela 5. O total do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no ano de 1985 reduziu de 3.734 para 733 em 2017, sendo que 26 não possuem identificação de gênero, que totalizam 759 pessoas. Na mesma proporção, houve a redução da participação das mulheres na atividade, visto que em 1985 correspondiam 42,93% (1.603) do pessoal ocupado, chegando ao percentual de 36,56% (268), quando comparados aos homens com 57,07 % e 63,44% em 1985 e 2017, respectivamente.

Isso porque, como destaca Silva, Mielitz Netto e Silva (2013, p. 65), com a mercantilização, a produção passou a ser mais específica, mecanizada e individualizada, o que ocasionou a terceirização de mão de obra especializada estranha à família e a “venda da própria força de trabalho familiar”, possibilitando que os demais membros da família pudessem procurar outras formas de trabalho, sobretudo, as mulheres que, em razão da maior escolaridade em relação aos homens e a diminuição de sua participação na produção agrícola, acabaram deixando o meio rural para procurar novas oportunidades na cidade.

Aliado, ainda, a diminuição na taxa de natalidade do município, foi possível vislumbrar um envelhecimento e uma “masculinização” da agricultura familiar em Praia Grande/SC (SILVA; MIELITZ NETTO; SILVA, 2013, p. 64), em que a população residente na propriedade rural, em 2013⁷, variava de três pessoas (o casal e único filho que permaneceu no campo (62,86% dos entrevistados) a duas pessoas,

⁷ Segundo os dados da pesquisa de campo realizada por Silva, Mielitz Netto e Silva (2013, p. 73-74), com 35 famílias em 22 comunidades rurais de Praia Grande.

residindo apenas o casal (25,71% dos entrevistados), sendo que “[...] em quase 100% destes, chefe e cônjuge, geralmente são aposentados” (SILVA; MIELITZ NETTO; SILVA, 2013, p. 70).

Frente ao contexto descrito, em situações específicas, a saída encontrada para a permanência e sustento das famílias no meio rural incluiu atividades consideradas pluriativas, por meio do desenvolvimento de outras atividades não agrícolas. Segundo Silva, Mielitz Netto e Silva (2013, p.71), o processo ocorre, em sua maioria, pela demanda da população mais jovem, que “[...] se consolida como tendência em Praia Grande, onde os pais ficam encarregados das atividades agropecuárias e os filhos, das atividades fora da propriedade”.

Segundo os autores, há duas formas de desenvolver a pluriatividade na agricultura familiar, a saber: (1) a família se torna dependente das influências externas como os financiamentos bancários, a demanda dos preços de produção de venda, e etc., visto que opta pela modernização da produção; (2) outra forma de saída pluriativa é procurar a “desmercantilização” da produção, de modo a buscar maior autonomia e se vincular, apenas, às influências internas da propriedade. Dessa forma, prima-se não pela quantidade de produção, mas pela qualidade e diferencial nos produtos, agregando valor à produção, de forma a:

[...] organizar a propriedade e processo de trabalho de acordo com as necessidades e possibilidades.
Em síntese, compõe-se de estratégias de internalização de recursos produtivos e desmercantilização, de aumento da produção para autoconsumo familiar, de inserção em novos mercados, de produção agroecológica e de alguns tipos de pluriatividade (SILVA; MIELITZ NETTO; SILVA, 2013, p. 66-67).

Alguns agricultores do município, por meio do incentivo da Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba (ACEVAM), encontraram no turismo rural e na produção agroecológica (Turismo Rural na Agricultura Familiar e Agroturismo) a saída para o sustento e permanência no meio rural, conciliando a agricultura, a sustentabilidade, preservação do meio e a renda.

No tópico seguinte, como um dos temas centrais de estudo do presente trabalho de conclusão de curso, são apresentadas informações referentes à estrutura do turismo rural no município de Praia Grande/SC.

3.5 TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC

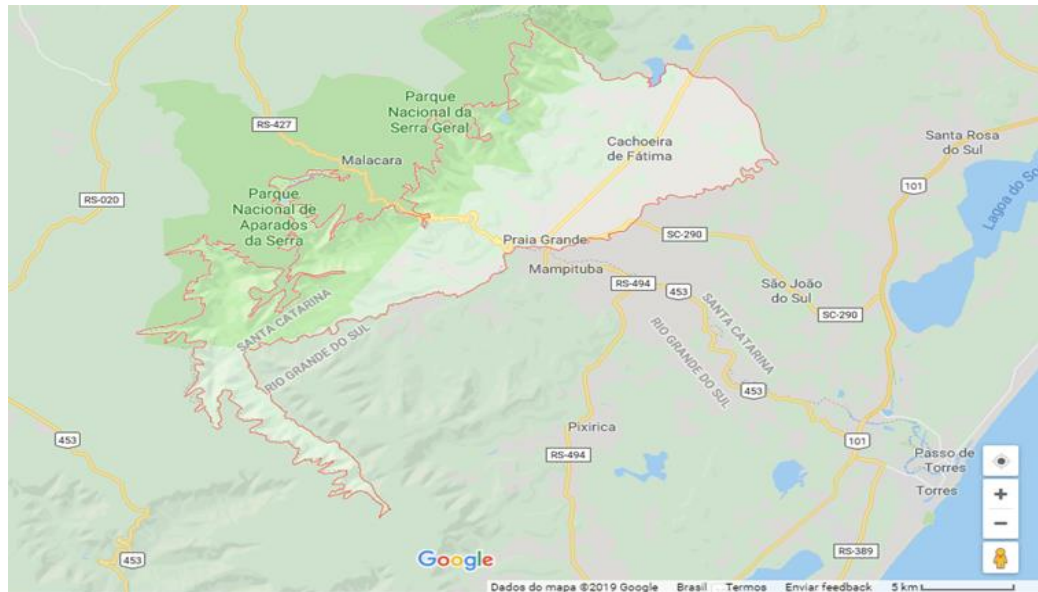
Praia Grande conta com grande potencial turístico pela sua localização geográfica, relevo, fauna e flora, visto que o município situa-se no entorno dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, desfrutando de extraordinária paisagem de beleza natural que envolve os cânions, rios, cachoeiras ali presentes, o que permite aos habitantes encontrarem novas formas de complementar a renda, explorando o turismo de forma sustentável, o que gera um efeito multiplicador na região, eis que, indiretamente, gera novos postos de trabalho e oportunidades de empreendimentos.

3.5.1 Breve histórico do turismo no município e localização geográfica

O município de Praia Grande, embora conte com um contingente de pouco mais de 7 mil habitantes, e abrange uma área de 284, km², tem no turismo significativa fonte de renda. Isso porque, possui atributos que atraem turistas de todos os lugares do Mundo, quer seja por sua culinária ou por suas cachoeiras e rios de águas cristalinas, com suas belezas naturais, que constituem paisagens de grande beleza cênica, sobretudo, no que concerne os parques Aparados da Serra (criado em 1959) e Serra Geral (criado em 1992) que, segundo o Relatório de Diagnósticos II do Projeto Rotas TRAF/SC (SANTA CATARINA, 2017, p. 59) possuem “[...] o maior conjunto de cânions as América do Sul”. Cenários que localizam-se, principalmente, no meio rural do município.

Os parques estão situados entre os Estados do Rio Grande do Sul (municípios de Mampituba, Cambara do Sul e São José dos Ausentes) e Santa Catarina (com os municípios de Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande), sendo que o Parque Nacional Aparados da Serra localiza-se entre os municípios de Praia Grande/SC e Cambará do Sul/RS, onde podem ser encontrados os cânions Itaimbezinho e Faxinalzinho. Também o Parque Nacional da Serra Geral que distribui-se entre os municípios de Praia Grande e Jacinto Machado, em Santa Catarina e no município em Cambará do Sul, no Rio Grande do Sul, que abarca os cânions Fortaleza, “Malacara, Churriado, Josafaz, Índios Coroados, Molha Coco, Leão, Pés de Galinha, das Bonecas e Macuco” (SCHMIGUEL; VARGAS; TRATZ, [?], p. 2).

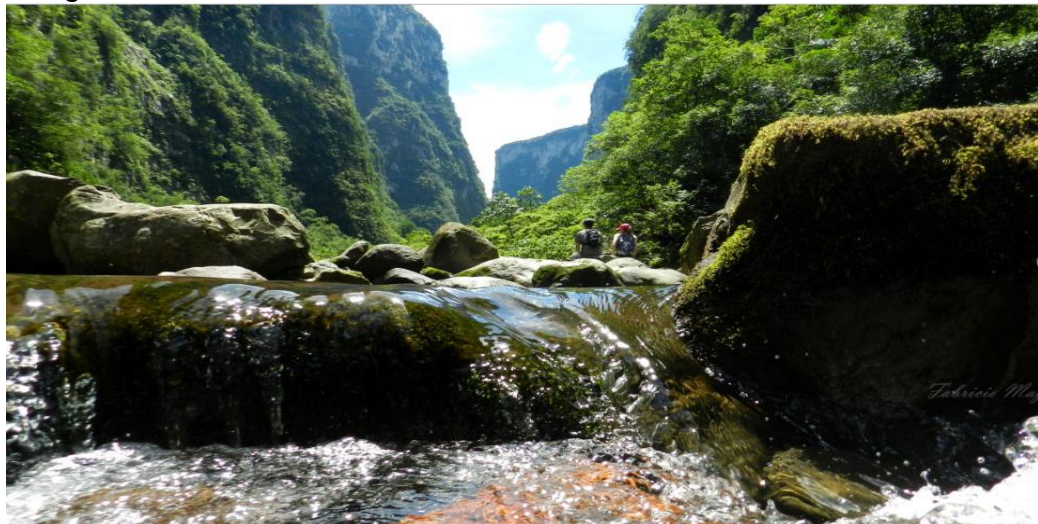
Imagem 2 – Mapa de localização do município de Praia Grande na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul



Fonte: Google Maps (2019)⁸.

No mapa, pode-se vislumbrar a localização do município de Praia Grande, assim como os Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral.

Imagem 3 - Cânion Itaimbezinho e Trilha do Rio do Boi



Fonte: Capital dos Canyons (2019).

⁸Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Praia+Grande+-+SC/@-29.2110333,-50.1378295,11z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x95220849b0e12f35:0x25cfb20a4c86a3c18m2!3d-29.1951531!4d-49.9475655>>. Acesso em: 14 mai.2019.

Imagem 4 - Cânion Malacara



Fonte: Capital dos Canyons (2019).

Na imagem 3, temos o Cânion Itaimbezinho, onde a borda do cânion pertence à Cambará do Sul/RS, e na parte inferior a Trilha do Rio do Boi, localizado em Praia Grande/SC, no Parque Nacional Aparados da Serra. Na imagem 4, em destaque o Cânion Malacara, em Praia Grande, pertencente ao Parque Nacional da Serra Geral.

Em face das condições propícias oferecidas pelas paisagens dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, com suas escarpas, cachoeiras e rios, Praia Grande destaca-se pela prática do ecoturismo e do turismo de aventura, eis que no:

No ecoturismo, princípios como zelo pela sustentabilidade e integração homem-natureza aparecem como aspectos básicos. No turismo de aventura, que pode ser entendido como uma derivação do anterior, o trato com os desafios impostos pelas condições locais, exigindo esforço físico, condicionamento e habilidades, constitui elemento característico. Sublinhe-se que o território em que se localiza Praia Grande ostenta diferentes possibilidades para esse tipo de prática turística. (LINS; ROCHA, 2018, p. 132).

Sendo assim, condizente com as características das unidades de conservação integral, que é o caso dos Parques Nacionais acima citados, no qual a preservação é prioridade, a “visitação pública permitida para recreação, interpretação ambiental, educação e turismo ecológico” (SELAU, 2011, p. 44).

No tópico seguinte, são apresentadas informações sobre atividades turísticas realizadas nos Parques Nacionais Aparados da Serra e da Serra Geral, quanto fora dele.

3.5.2 Atividades turísticas realizadas em Praia Grande

O Quadro 1, apresentado abaixo, mostra algumas das atividades exploradas pelo turismo dentro dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral.

Quadro 1 - Caracterização dos atrativos turísticos dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral em Praia Grande/SC.

Atrativo turístico	Atividades desenvolvidas	Seguimento turístico das atividades	Abertas ao público ou em potencial
Cânion Itaimbezinho	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Ecoturismo/Turismo de aventura	Abertas ao público
Trilha do rio do Boi	Caminhada	Turismo de aventura	Aberto ao público com acompanhamento de condutor/guia especializado
Cânion Malacara	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Turismo de aventura	Aberto ao público com acompanhamento de condutor/guia especializado
Trilha das Piscinas do Malacara (interior do cânion Malacara)	Caminhada	Turismo de aventura	Aberto ao público com acompanhamento de condutor/guia especializado
Cânion Índios Coroados	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Turismo de aventura	Aberto ao público.
Cânion Churriado	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Turismo de aventura	Potencial
Trilha do Morro do Campestre	Caminhada	Turismo de aventura	Aberta ao público com acompanhamento de guia especializado
Trilha do interior do cânion dos Índios Coroados	Caminhada	Turismo de aventura	Potencial
Trilha Morro dos Cabritos	Caminhada	Turismo de aventura	Aberta ao público
Cânion Faxinalzinho	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Turismo de aventura	Potencial

Fonte: Informações e adaptações de Paulo G. Selau (2011).

Pode-se observar que, em 2011, a caminhada é a prática mais explorada, tanto nas bordas dos cânions Itaimbezinho e Malacara, como pelos seus interiores, com destaque para as Trilhas do Rio do Boi (Itaimbezinho) e das Piscinas do Malacara. Contudo, em 2018, novas atividades foram sendo introduzidas, como as cavalgadas, passeios de balão e *bike*, rapel nas cachoeiras e descida de tirolesa.

Quadro 2 – Caracterização dos atrativos turísticos no município de Praia Grande, externos aos limites dos Parques, em Praia Grande

Atrativo turístico	Atividades desenvolvidas	Segmento turístico das atividades	Abertas ao público ou em potencial
Pedra Branca	Passeios, caminhadas, cicloturismo, canionismo, escalada, banhos de rio, visita às propriedades rurais	Ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural	Algumas atividades abertas ao público, com ou sem guias
Comunidade dos remanescentes Quilombo São Roque	Conhecer a história e cultura dos remanescentes do Quilombo	Ecoturismo, turismo cultural e rural	Potencial, ainda não formatado como produto turístico
Cânion Josafaz e Garganta São Gorgonho	Caminhadas e canionismo	Turismo de aventura	Potencial, ainda não formatado como produto turístico
Rio Mampituba	Passeios, banhos de rios nas piscinas naturais e bóia cross	Ecoturismo e turismo de aventura	Aberto ao público, porém no caso da atividade bóia <i>cross</i> ainda é potencial, pouco comercializado como produto turístico.
Propriedades rurais agroecológicas	Visita às propriedades, conhecimento dos processos produtivos agroecológicos e agroindustriais, degustação e produtos e compras de produtos	Ecoturismo e Turismo rural	Aberto ao público com agendamento
Cachoeira Magia das Aguas e Cachoeira da Vista Alegre	Caminhadas e cachoeirismo	Ecoturismo e turismo de aventura	Ecoturismo e turismo de aventura
Praça no centro da cidade	Visitação e observação da maquete dos cânions existente neste local	Turismo cultural	Aberto ao público
Igreja matriz	Visitação	Turismo religioso	Aberto ao público

Fonte: Paulo G. Selau (2011) - Informações adaptadas pelo autor (2019).

O Quadro 2 apresenta as atividades turísticas disponibilizadas, também, fora dos limites dos Parques Nacionais, uma vez que Praia Grande oferece uma estrutura turística que engloba, dentro do turismo de aventura e turismo no espaço

rural, caminhadas, passeios, banhos de rios e cachoeiras e variados esportes, como cicloturismo, escalada, canionismo, boia *cross*, e entre outros.

O boia *Cross* é um esporte que utiliza boias (câmara de pneu de caminhão), desenvolvido anualmente nas águas do Rio Mambituba (conhecido como Balneário Mampituba, “Posso do Bira”) e, embora reconhecido na região tanto pelas competições quanto pelos *shows* nacionais que realiza dentro do festival, sofreu interrupção por alguns anos, em face de enchentes que abateram-se na região. O espaço ainda conta com rapel, *mountain bike*, vôlei⁹.

No entanto, como destacam Campos, Brandt e Cancelier (2013, p. 168):

[...] A reabertura dos Parques Nacionais para a visitação no final da década de 1990 vem causando importantes mudanças no uso da terra. As restrições ambientais diminuíram o seu valor para o uso agrícola e vêm fazendo com que várias propriedades rurais convertam-se em áreas de turismo e lazer, tais como pousadas, áreas de *camping* e lugares de práticas de turismo rural e ecoturismo.

É possível, assim, vislumbrar um novo ramo do turismo rural, que se apresenta como complemento à renda dos Praiagrandenses: o agroturismo e o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), que nada mais são que desdobramentos daquele, eis que o turismo surge como acréscimo para a atividade principal destes agricultores, que continuam exercendo a agropecuária, porém, permitem que o turista compartilhe da experiência e sabedoria dos moradores da região. A diferença do TRAF para o agroturismo é que no TRAF há a observância da Lei 11.326, que tem como requisitos: “[...] mão-de-obra é majoritariamente familiar; a gestão do estabelecimento cabe à própria família; a área da propriedade não supera 4 módulos fiscais; a principal fonte de renda da família se origina de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento” (BRASIL, 2010, p. 21).

Estes produtores recebem incentivos e auxílio da Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba (ACEVAM)¹⁰, em parceria com a Associação

⁹ Informações sobre o evento foram obtidas no Portal da Capital do Canyons. Disponível em: <<https://capitaldoscanyons.com/listing/boiacross/>>. Acesso em 23 Abr. 2019.

¹⁰ Segundo o Relatório de Diagnósticos do Projeto Rotas TRAF/SC (SANTA CATARINA, 2017, p. 55), “Na década de 90 foram iniciadas ações que repercutem até hoje seja na agricultura familiar como no turismo local. Com incentivo de técnicos locais da EPAGRI, da Secretaria da Agricultura de Praia Grande, da Comissão Pastoral da Terra da Região de Torres e da Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres/RS – ACERT iniciou-se o processo de formação de um grupo de agricultores e agriculturas que em outubro de 1994 fundaram a Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba – ACEVAM.

Praia-grandense de Condutores para o Ecoturismo (APCE), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A. (EPAGRI/SC), da Prefeitura Municipal de Praia Grande e do Centro Ecológico, quanto ao plantio e cultivo de produtos orgânicos. Do mesmo modo, Praia Grande está incluída no Projeto Rota do TRAF, que busca o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar em Santa Catarina, em que fazem parte, também, os municípios de Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande, de acordo com o Relatório de Diagnósticos II do Projeto Rotas TRAF/SC (SANTA CATARINA, 2017, p. 62), que busca conhecer os produtores e estabelecimentos, elencando os problemas e apontando soluções.

No tópico seguinte, são apresentadas informações sobre a estrutura de turismo rural no município de Praia Grande/SC, envolvendo estabelecimentos de hospedagem, alimentação e população ocupada em setores relacionados.

3.5.3 Estrutura de Turismo Rural: estabelecimentos de hospedagem e alimentação

De acordo com a classificação dos setores de serviços, entre outros serviços, o setor de turismo é integrado por hotéis e restaurantes, inclusive os serviços de fornecimento (*catering*)¹¹. De forma específica, o tópico em questão apresenta estabelecimentos de hospedagem e alimentação, envolvendo atividades turísticas relacionadas ao turismo rural.

O Quadro 3 apresenta os estabelecimentos, os produtos e os serviços oferecidos para os turistas dentro do TRAF.

¹¹ Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/217-negociacoes-internacionais-de-servicos/1942-ni-classificacao-dos-setores-de-servicos>. Acesso em: 24 Abr.2019.

Quadro 3 – Atividades Turísticas ligadas ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) - 2017

Atrativo Turístico	Atividades Desenvolvidas	Seguimento Turístico
Cachoeira dos Venturas	Condução dos turistas à cachoeira, café colonial e venda de queijos, ovos, doces, geleias e compotas	Turismo rural, turismo de aventura e agregado ao ecoturismo.
Chá dos Canyons	Farmácia caseira comunitária, espaço para terapias alternativas, pousada com alimentação.	Turismo rural
Família Espíndola	Hospedagem adaptada em estufa de fumo, alimentação e atividades de lazer	Turismo rural, turismo de aventura e agregado ao ecoturismo
Café Família Rosa	Café colonial com produtos produzidos na propriedade, produção de alimentos orgânicos	Turismo rural e agregado ao ecoturismo
Pousada Beija Flor	Pousada, alimentação com café de produtos orgânicos da propriedade	Turismo rural e agregado ao ecoturismo
Orgânicos Afonso Pereira	Agricultura orgânica de subsistência e venda de doces e refeições	Turismo rural e agregado ao ecoturismo
Sítio Agrovida	Produção agroflorestal 100% orgânica e venda de sucos orgânicos	Turismo rural e agregado ao ecoturismo
Sítio Vale da Samambaia	Turismo pedagógico e alimentação	Turismo rural, turismo pedagógico e agregado ao ecoturismo
Recanto do Bugio	Alimentação 100% orgânica, produção de açúcar mascavo e cachaça	Turismo rural e agregado ao ecoturismo

Fonte: Santa Catarina (2017) – Informações adaptadas pelo autor (2019).

Neste ramo, a visitação é aberta ao público com prévio agendamento. Nela é possível que os turistas visitem propriedades particulares e tomem conhecimento dos meios de produção e cultivo agroecológico e agroindustrial, bem como experimentar os produtos ali produzidos, tais como a venda de queijos, compotas, doces, ovos, geleias, sucos naturais, plantas medicinais e produtos cultivados nas hortas orgânicas, além de desfrutar dos serviços oferecidos e da beleza cênica das cachoeiras e dos paredões que os rodeiam.

As propriedades ligadas ao TRAF, como se verifica no Quadro 3, disponibilizam hospedagem/pousada, café colonial, refeições produzidas nas próprias propriedades, assim como espaço para realização de terapias alternativas como no caso da pousada Chá dos Canyons. É possível, ainda, visitar a produção agroflorestal de produtos orgânicos do Sítio Agrovida, em que os seus produtos, 100% orgânicos, são plantados em meio a vegetação nativa.

O turismo em Praia Grande tem seu efeito multiplicador evidenciado no número de pousadas e na oferta do serviço de alimentação aos turistas, ou seja, além de aumentar a renda daqueles envolvidos diretamente com a exploração sustentável do turismo, cria novas fontes de empregos e negócios para os demais habitantes do município. Isso porque, como destaca Lins e Rocha (2018, p. 133), tanto a hospedagem como alimentação são “derivados” ou “incorporados” da fonte primária: o turismo.

Segue abaixo a Tabela com o número de estabelecimentos de hospedagem (hotel, pousada, resort e *hostel*) localizados em Praia Grande:

Tabela 6 – Estabelecimentos de hospedagem em Praia Grande/SC (1989 – 2018)

Nº	Estabelecimento	Tipo	Início das atividades	Origem do negócio
1	Chalé e Resort Vale dos Canyons	Pousada	2017	Local
2	Hospedaria Casa das Marias	Pousada	2018	Local
3	Hostel Nativos dos Canyons	Hostel	2005	Local
4	Hotel do Sergio	Hotel	1989	Local
5	Refúgio Ecológico Pedra Afiada	Pousada	2001	Externa
6	Lodge Costão da Fortaleza	Pousada	2001	Local
7	Pousada Água dos Canyons	Pousada	2017	Local
8	Pousada Aracema	Pousada	2011	Externa
9	Pousada Caminho dos Canyons	Pousada	2017	Local
10	Pousada Canyons e Aventuras	Pousada	2017	Local
11	Pousada Casa Nossa	Hospedaria	2018	Local
12	Pousada Colina da Serra	Pousada	2000	Local
13	Pousada e Café Colonial da Serra	Pousada	2000	Local
14	Pousada Itaimbé	Pousada		Local
15	Pousada Lima	Pousada	2012	Local
16	Pousada Malacara	Pousada	2008	Local
17	Pousada Morada dos Canyons	Pousada	2004	Local
18	Pousada Pacatatu	Pousada	2009	Local
19	Pousada Vó Liane - Francisco	Pousada	2017	Local
20	Praia Grande Hotel	Hotel	2006	Local
21	Refúgio da s Montanhas	Pousada	2013	Local
22	Resort dos Canyons	Resort	2007	Local

Fonte: Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC; Informações obtidas diretamente pelo autor.

De acordo com os dados do município (Tabela 6), Praia Grande conta com 22 estabelecimentos de hospedagem. Identifica-se que, na medida em que o turismo é difundido na região, o número de estabelecimentos cresceu gradativamente, em especial a partir da reabertura dos Parques Nacionais, visto que no ramo de hospedagem, “[...] até o final da década de 1990 havia somente uma opção em Praia Grande: o Hotel do Sérgio, criado em 1989. No presente século, quase a cada ano um novo empreendimento – a maior parte do tipo pousada – foi instalado” (LINS;

ROCHA, 2018, p. 133), uma vez que dos 22 estabelecimentos, 21 foram criados entre 2000 e 2018 e, em sua grande maioria, tem como origem do negócio proprietários do próprio município.

Ainda, há a Associação Praiagrandense dos Empresários do Turismo (APETUR), que foi criada em 2013, por iniciativa dos proprietários do serviço de hospedagem no município, objetivando:

[..] organizar, assistir e representar os empresários que compõem a cadeia produtiva do turismo de Praia Grande e região, com vistas à defesa de seus interesses e reivindicar junto aos poderes públicos e privados a execução de medidas que lhe assegure condições favoráveis ao desenvolvimento de suas atividades empresariais capital (CAPITAL DOS CANYONS, 2019).

Do mesmo modo, o setor de alimentação teve um crescimento bastante significativo entre os anos de 2000 a 2018, como demonstra a Tabela 7:

Tabela 7 - Número de estabelecimentos com serviços de alimentação em Praia Grande (2000- 2018)

Nº	Estabelecimento	Início das Atividades	Origem do Negócio
1	Restaurante A Casa do Sabor	2011	Local
2	Lancheria Urca Café	2013	Local
3	Lancheria Casa do Petisco	2014	Externa
4	Pizzaria Casarão	2006	Local
5	Pizzaria Opinião	2013	Local
6	Bistrô Canyons e Peraus	2015	Local
7	Lancheria Café Rural Rio do Boi	2016	Local
8	Lancheria JC Lanches	*	*
9	Restaurante do Carlinhos	2010	Local
10	Pizzaria Cantinho da Pizza	2017	Externo
11	Trilhas e Sucos	2015	Local
12	Restaurante Sabor Caseiro	*	*
13	Restaurante Rural Casa Nossa	2007	Local
14	Lancheria Cachoeira da Serra	2000	Local
15	Lancheria Pulga Lanches	2000	Local
16	Lancheria Bira Burguer	2014	Local
17	Tele Entrega da Gringa	2014	Local

Fonte: Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC; Informações obtidas diretamente pelo autor.

* Dado não informado.

Na pesquisa realizada, foi possível mapear 17 estabelecimentos que oferecem serviços de alimentação no município, tais como lancherias, restaurantes, *pizzarias* e tele entrega, incluídos ou não no serviço de hospedagem.

Vale ressaltar que, entre os 10 produtores incluídos no Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), todos eles oferecem serviços de alimentação com almoços, cafés coloniais e venda de produtos produzidos e/ou cultivados na propriedade, sendo que 3 destas propriedades dispõem de hospedagem, e outros com potencial para desenvolvê-la, assim como salienta ao Quadro 3. No entanto, estes estabelecimentos não estão inclusos nas Tabelas 7 e 8.

Juntamente com os estabelecimentos, como pode ser visto na Tabela 8, o número de pessoas registradas para trabalhar também aumentou consideravelmente:

Tabela 8 – Trabalhadores/as nos setores de Alojamento e Alimentação – Praia Grande/SC (2007-2017)

Ano	Masculino	Feminino	Total	Crescimento%
2007	5	5	10	–
2008	7	6	13	30
2009	7	12	19	64
2010	9	13	22	16
2011	16	18	34	55
2012	17	23	40	18
2013	17	27	44	10
2014	24	29	53	20
2015	22	37	59	11
2016	28	41	69	17
2017	30	46	76	10

Fonte: RAIS (BRASIL/Ministério da Economia, 2007-2017).

Com base no RAIS (2007-2017), no setor de serviços, especificamente na área de alimentação e alojamento como indica a Tabela acima, ocorreu um crescimento no número de trabalhadores entre 2007 e 2017, indo de 10 para 76, sendo a maioria, predominantemente, do sexo feminino. Esse aumento pode ser observado em maior escala nos anos de 2009 e 2011, com acréscimo de 46% e 55% respectivamente, no número de contratações. Embora o ano de 2017 tenha a taxa de

crescimento menor que a dos anos anteriores, exceto em 2013, nota-se que o tal aumento é progressivo na região em ambos os setores (alojamento e alimentação).

Contudo, o crescimento não se mostra uniforme se comparados separadamente os serviços de alimentação e alojamento, como detalha as Tabelas 9 e 10:

Tabela 9 – Trabalhadores/as no setor de Alojamento – Praia Grande/SC (2007-2017).

Ano	Masculino	Feminino	Total
2007	4	5	9
2008	4	6	10
2009	5	11	16
2010	6	8	14
2011	11	11	22
2012	14	16	30
2013	15	19	34
2014	17	20	37
2015	17	28	45
2016	25	31	56
2017	26	36	62

Fonte: RAIS (BRASIL/Ministério da Economia, 2007-2017).

Tabela 10 – Trabalhadores/as no setor de Alimentação – Praia Grande/SC (2007-2017)

Ano	Masculino	Feminino	Total
2007	1	0	1
2008	3	0	3
2009	2	1	3
2010	3	5	8
2011	5	7	12
2012	3	7	10
2013	2	8	10
2014	7	9	16
2015	5	9	14
2016	3	10	13
2017	4	10	14

Fonte: RAIS (BRASIL/Ministério da Economia, 2007-2017).

De acordo com a classificação do RAIS, dos 76 empregos formais em praia grande, o setor de alojamento abriga 62 funcionários (Tabela 9) e o setor de alimentação os outros 14 (Tabela 10), prevalecendo, em sua maioria, o sexo feminino em ambos os setores.

Entretanto, quando se analisa, em especial o setor de alimentação do município, nota-se uma mudança destes percentuais. Isso porque os dados fornecidos pelo RAIS levam em consideração somente aqueles empregos formais, no entanto, como Praia Grande está também ligada ao turismo rural, como é o caso dos integrantes do TRAF (Quadro 3), em que a propriedade é gerenciada pelos membros da própria família, o número de pessoas que trabalham com o setor de alimentação tem seu percentual elevado, visto que, como dito anteriormente, dos 10 estabelecimentos do TRAF, apenas 3 deles oferecem alojamento, porém, todos os 10 ofertam aos turistas o serviço de alimentação.

3.5.4 Serviços de turismo e relacionados: operadoras e guias de turismo

Consoante a classificação dos setores de serviços, já mencionada anteriormente, o setor de turismo é integrado, também, por serviços de agências de viagens e operadores de turismo e serviços de guias de turismo com Viagens¹², contando ainda com o centro de informações turísticas de Praia Grande, onde o turista pode receber informações sobre os atrativos disponíveis no município.

Imagem 5 – Centro de informações turísticas Praia Grande/SC



Fonte: Capital dos Canyons (2019).

¹² Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/217-negociacoes-internacionais-de-servicos/1942-ni-classificacao-dos-setores-de-servicos>. Acesso em: 24 abr.2019.

A Tabela abaixo apresenta informações sobre Operadoras de Turismo localizadas no município de Praia Grande/SC.

Tabela 11 - Operadoras de Turismo – Praia Grande/SC

Estabelecimento	Início das Atividades	Nº de Guias
Aparados Turismo	2012	2
Canyons e Peraus	2010	5
Canyons do sul	2010	1
Cavalgada Vale dos Canyons	2016	2
Gezaela Reis	2016	1
Leão Baio	2014	1
Nativos dos Canyons	2003	7
Opa Trilhas	2018	1
Pedra Afiada Adventure	2001	4
Portal dos Canyons	2014	2
Rota dos canyons	2001	2
Tribo dos Canyons	1998	6
Trilhas e Sucos	2015	1
Trip dos Canyons	2017	2
Turismo Serra Geral	2015	1
Verdes Canyons	2009	3
Aparados dos Sonhos	*	*

Fonte: Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC - Centro de Informação ao Turismo (2019); Informações obtidas diretamente pelo autor.

* Dado não informado.

Em conformidade com os dados fornecidos diretamente pelo Centro de Apoio ao Turista (CAT), Praia Grande conta com 17 operadoras de turismo, das quais disponibilizam serviços de guia para a visitação dos Parques Nacionais e trilhas no entorno do município, sendo que dispõe de, aproximadamente, 41 guias contratados, porém, este número pode ser ainda maior, visto que vários estabelecimentos

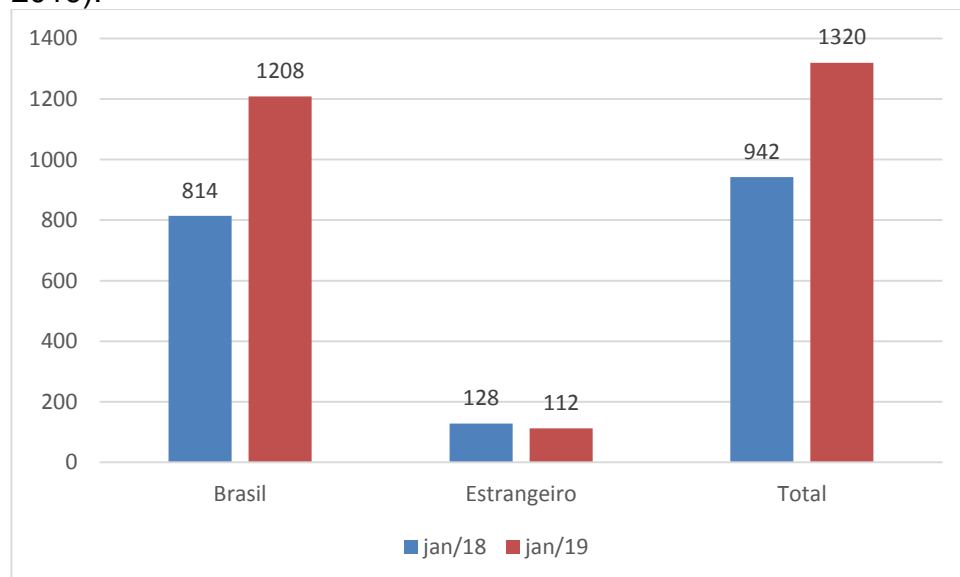
trabalham com condutores terceirizados para suprir a demanda de turistas nos meses de maior visitação.

Os guias contam ainda com o suporte da Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo (APCE), a qual foi fundada em:

[...] 1998 e desde então deu voz e representatividade aos condutores locais de ecoturismo. Ao passar dos anos teve várias formas de atuar na sociedade, mas sempre esteve presente participando ou promovendo eventos, reuniões, simpósios, palestras, cursos, educação ambiental, etc. Hoje, com uma nova roupagem, continua buscando representar os associados frente ao Poder Público Municipal e aos Parques Nacionais para que melhor se enquadre esta categoria e conseqüentemente melhor se atenda os nossos visitantes (CAPITAL DOS CANYONS, 2019).

No gráfico seguinte, serão observados o número de visitantes nos meses de janeiro de 2018 e janeiro de 2019:

Gráfico 2 – Número de visitantes no município de Praia Grande/SC (2018-2019).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações obtidas junto à Prefeitura de Praia Grande/SC (2019).

O Gráfico 2 demonstra o número de visitantes registrados no livro do centro de informações turísticas do município (Figura 3) nos meses de janeiro de 2018 e janeiro de 2019¹³. No entanto, cabe ressaltar que a contagem de visitantes pode ser ainda maior, porque demonstra apenas aqueles que procuram o centro em busca de

¹³ Foram disponibilizados pelo Centro de Informação Turística apenas os dados de visitantes de janeiro de 2018 e 2019.

esclarecimentos. Outro fator relevante está no fato do turismo no município ocorrer de forma sazonal, visto que a procura dos turista aumenta em determinadas épocas do ano que, segundo o centro de informações, consiste em feriados, no natal e, principalmente, no verão e nas férias escolares, entre os meses de dezembro e março.

3.5.5 Análise do potencial turístico de Praia Grande

Ante o exposto, nota-se que o Município conta com grande potencial turístico ainda não explorado. No caso dos Parques, o problema consiste na não previsão da atividade no plano de manejo ou, ainda, “[...] a problemas de regularização fundiária entre outros de ordem administrativa e orçamentária, que impedem que o ICMBio coloque o plano de manejo em prática.” (SELAU, 2011, p. 91).

Fora do parque, ocorre o mesmo. A associação da comunidade dos remanescentes quilombolas São Roque, detém capacidades turísticas pouco desenvolvidas, visto que situa-se no interior da Pedra Branca, que recebe inúmeros turistas. Por tratar-se de descendentes de escravos com mais de 150 de história, além do turismo de aventura, possui elementos para a realização do turismo pedagógico. De acordo com o Relatório de Diagnósticos II do Projeto Rotas TRAF/SC (SANTA CATARINA, 2017, p. 65):

O salão da associação é a base das saídas da trilha da Pedra Branca (localizada no Município de Mampituba/RS), desta forma deixa de informar aos inúmeros turistas e visitantes que aquele é uma comunidade quilombola. Esse fluxo de turismo de aventura não conta com organização e envolvimento dos quilombolas, desta forma deixando de promover as relações e o comércio dos produtos da comunidade.

[...]

A venda de sucos orgânicos pode gerar a renda e a condução para a observação de aves criará um nicho regional do TRAF/SC. Em conversas com os moradores locais foi possível identificar um potencial relevante para a observação de avifauna. Outra ação com baixo investimento é a adaptação dos banheiros para exploração de área para camping. Podendo receber grupos de turistas que buscam vivenciar a natureza.

Ainda que Praia Grande conte com ambiente propício para a prática do turismo, percebe-se a necessidade de investimentos neste ramo, como salienta a terceira parte do Projeto Rotas TRAF/SC, em seu Relatório de Planejamento Estratégico III, que traz as forças e oportunidades que dispõem o município para a implementação e permanência do Turismo Rural na Agricultura Familiar, mas também destaca as

fraquezas e ameaças enfrentadas pelos estabelecimentos inseridos no TRAF, mas que se estendem para o serviço de turismo de forma geral, senão vejamos:

Quadro 4 - Análise SWOT do Município de Praia Grande/SC

Nº	Forças
1	Atrativos naturais de extrema beleza, com canyons, rios, nascentes, cachoeiras, flora e fauna abundantes
2	Facilidade de acesso ao Município (20 km da BR – 101, além do acesso a parte superior dos Canyons pela Serra do Faxinal)
3	Oferta de meios de hospedagem de excelência no interior do município.
4	Presente operadoras de turismo local (agências de turismo de aventura)
Nº	FRAQUEZAS
1	Baixa divulgação do turismo nos meios de comunicação
2	Falta de mão de obra qualificada para o TRAF
3	Falta de programação de eventos no TRAF local
4	Falta calendário de atividades agrícolas nas propriedades rurais TRAF
5	Baixa integração do TRAF local com os meios de hospedagem
Nº	OPORTUNIDADES
1	Localização privilegiada entre serra e mar
2	Forte presença e diversidade de produtos agroecológicos – ACEVAM
3	Administração dos dois Parques Nacionais quer desenvolver o turismo no entorno das unidades de conservação
4	Criação do Geoparque na região
5	Diversidade do capital social do município
Nº	AMEAÇAS
1	Comprometimento das estradas após períodos de chuvas
2	Região com forte instabilidade climática
3	Intensivo uso de agrotóxicos
4	Manutenção da caça no município

Fonte: Plano Estratégico (SANTA CATARINA, 2019).

A falta de divulgação e promoção de eventos, com calendário próprio dos eventos realizados pelo TRAF, vem elencadas como fraquezas encontradas no município, como também a falta de mão de obra qualificada para o serviço. Este último

podendo ser resolvido com políticas públicas que permitam a especialização dos membros da própria família, a fim de receber bem os turistas, bem como as melhorias necessárias nas propriedades com a mesma finalidade.

Apesar do Relatório Estratégico III pontuar a localização de Praia Grande com uma das oportunidades de destaque para o turismo, em razão do fácil acesso¹⁴ ao município, o Quadro 4, porém, apresenta o comprometimento das estradas após período de chuvas como ameaça, visto que a maior parte dos atrativos turísticos estão localizados nas zonas rurais, que não possuem estradas pavimentadas em sua maioria, por tanto, ficando aquém dos elementos da natureza.

Outros dois importantes fatores destacados como ameaças ao turismo no espaço rural advêm da caça e o uso intensivo de agrotóxicos, o que desvirtua o objetivo de conservação dos quais os Parques Nacionais estão inseridos. A conscientização da população local deve vir conjuntamente com a modernização e a exploração turística, ou de outro modo, o meio ambiente corre riscos de ser devastado pelo turismo predatório.

E é neste sentido que Henz, Staduto e Piffer (2018, p. 113-115) defendem o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), visto que o aperfeiçoamento dos métodos utilizados para a produção no campo e da própria população, ao ser incentivada à prática turística, precisa vir aliada à permanência do meio ambiente como ele se encontra, visto que é dele que a população rural tira seu sustento, e não apenas ela, mas a sociedade como um todo. Segundo os autores:

[...] a importância do turismo rural para promover o DRS no Brasil, defendendo que esta prática tem importância em todos os âmbitos da sustentabilidade: econômico, cultural, ecológico e ainda político. Incentivar este seguimento turístico no país pode, em longo prazo, destituir a visão negativa que se tem do meio rural, bem como promover a interação e o respeito nas relações entre o urbano e o rural. Por fim, é ainda importante ressaltar que o incentivo à permanência do pequeno produtor rural no campo, a partir da dinâmica do DRS, contribui também para políticas de segurança de alimentos, visto que neste modelo de produção artesanal, o uso de agroquímicos é menor, e a consequência são alimentos com maior qualidade nutricional que impactam diretamente em outras políticas públicas, como é o caso da saúde (HENZ; STADUTO; PIFFER, 2018, p. 115).

¹⁴ O acesso de dá pelos municípios Jacinto Machado/SC e Santa Rosa do Sul/SC ao norte, São João do Sul/SC à leste e ao sul e oeste pelos municípios de Torres/RS, Cambará do Sul/RS e Mampituba/RS, estando, ainda, à cerca de 280 Km de Florianópolis, 245 Km de Porto Alegre e cerca de 20 Km da BR101 (CAPITALDOSCAYONS, 2019).

Nesta perspectiva, o Turismo Rural, como elucidado, surge como meio para promover o desenvolvimento rural, gerando melhor qualidade de vida e renda para os produtores que dela dependem e para a população que consome os produtos produzidos por aqueles, além do efeito multiplicador que produz na comunidade, como na economia, através da geração de empregos e circulação de renda, na cultura local, que tem sua valorização junto à comunidade, no viés ecológico, que além de preservar o local em que vive, tem impacto direto na saúde da população e, por fim, no setor político do município, pois reduz problemas de saúde e geração de emprego, possibilitando, ainda, ao Poder Público o mapeamento de áreas que merecem maior cuidado e investimento, como é o caso das políticas públicas voltadas ao turismo sustentável, melhoramento nas infraestruturas básicas do município como coleta de lixo seletivo, pavimentação e entre outros.

Em Praia Grande, destaca-se o trabalho realizado neste sentido pela ACEVAM, que busca auxiliar os produtores no plantio ecológico e da Cooperativa Orgânica dos Agricultores do Sul Catarinense (COOPERVIDA), comercialização destes produtos, com a realização de feiras e eventos, através da associação destes produtores que, segundo informações colhidas junto a ACEVAM, o número de associados no município passou de 25 em 2015, para 40 em 2019. Do mesmo modo, o Projeto Rotas TRAF/SC, através da parceria entre a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR), busca “[...] o planejamento, a execução e o monitoramento de ações que pudessem apoiar o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) no Estado de Santa Catarina, assumindo o subcomponente ‘Turismo Rural’ dentro do Programa, segundo o termo de referência do edital n° 0050/2017” (SANTA CATARINA, 2017, p. 5), através da formulação de relatórios, visando elaborar estratégias de desenvolvimento para o TRAF no município. Ainda, Praia Grande também está inserida no Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, que tem por objetivo “[...] transformar em área de preservação permanente toda a superfície do Parque Nacional da Serra Geral e do Parque Nacional de Aparados da Serra” (LINS; ROCHA, 2018, p. 147), pleiteando junto às Organizações das Nações Unidas

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sua candidatura como Global *Geoparks*¹⁵.

¹⁵ “Os Geoparques Mundiais da UNESCO são áreas geográficas unificadas, onde sítios e paisagens de relevância geológica internacional são administrados com base em um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Sua abordagem ascendente que combina a conservação com desenvolvimento sustentável e que, ao mesmo tempo, envolve as comunidades locais, está se tornando cada vez mais popular”. (UNESCO, 2019).

4 CONCLUSÃO

Praia Grande, embora conte com uma população, em 2010, de 7.267 habitantes, possui uma economia diversificada que envolve os setores de serviços, indústria, comércio, construção civil e a agropecuária. Também detentora de um alto IDHM, o que denota uma boa qualidade de vida, saúde, educação e renda.

Contudo, o município sofre, como visto, com o êxodo da atividade rural, principalmente dos jovens, em especial as mulheres, em grande parte devido a modernização e mecanização dos instrumentos de trabalho, o que acaba por excluir a mão de obra feminina dos trabalhos da lavoura, que deixou de ser variada e destinada à subsistência, passando cada vez mais a ser específica (fumo, arroz, banana e milho), individual e mecânica, o que gerou o envelhecimento dos agricultores.

Buscando solucionar os problemas no meio rural e, conseqüentemente, proporcionar seu desenvolvimento, como visto no decorrer do trabalho, o turismo no espaço rural surge como alternativa para a geração de novos empreendimentos, empregos em Praia Grande, o que por sua vez, tem impacto direto no setor de serviços do município.

Todavia, o turismo praticado no município está quase que inteiramente voltado às belezas naturais existentes em Praia Grande, pois possui diversos atrativos de beleza sem igual, com a presença dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, contando, também, com ótima localização de fácil acesso ao município.

Contudo, o município deixa de aproveitar grande potencial turístico, advindo da preservação das tradições locais, como ocorre com a comunidade quilombola e no que se refere aos caminhos e heranças deixados pelos tropeiros que ali faziam comércio e que deram início ao povoamento da região, integrando este conhecimento cultural aos serviços oferecidos pelos agricultores familiares. Além dos serviços de hospedagem, alimentação, inclusive com produtos agroecológicos, e operadoras de turismo. Nisso estaria o diferencial do turismo, visto que agrega valor ao trabalho e aos produtos produzidos pelos agricultores, aliado à produção sustentável e ecológica, por se tratar, em maior proporção, de terras inclusas nos Parques Nacionais o que, por tanto, exige a manutenção e preservação do meio ambiente.

Deste modo, dentro do Turismo Rural, o Agroturismo e o Turismo Rural na Agricultura Familiar surgem como forma de continuidade e permanência da população rural tanto na atividade agrícola quanto no meio rural, pois surge como uma alternativa à escassez de trabalho e complemento à renda da família, visto que a pluriatividade tornou-se uma saída viável aos agricultores, pois mistura atividades agrícolas e não agrícolas para o aumento da renda destas famílias.

Neste caminho, importante a implementação e continuidade das políticas públicas que auxiliem e orientem estes agricultores, a fim de que possam preparar-se para receber turistas em suas propriedades, bem como a manter preservado o local em que vivem, visto que a sustentabilidade é uma das importantes medidas para a preservação das belezas naturais, fauna e flora do município, que atraem turistas do mundo inteiro. Importante destaque recebe a ACEVAM e a COOPERVIDA, visto que é o elo mais próximo entre os agricultores no município, pois incentiva a produção ecológica, o que torna-se um diferencial nos dias atuais, assim como auxilia os seus agricultores associados na venda dos produtos orgânicos.

Assim, como o objetivo do trabalho foi analisar os aspectos sociais e econômicos do turismo em Praia Grande, foram observados o número de trabalhadores nos grandes setores do município, bem como nos subsetores ligados ao turismo. Ainda, foram analisados os Índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) referentes aos últimos 20 anos, o que demonstrou, sobretudo no setor de serviços, um grande aumento no número de empreendimentos de hospedagem e alimentação, em especial, a partir da reabertura dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral no final da década de 90, o que gerou grande procura por parte dos turistas no município.

Além disso, o empreendimento turístico possibilitou a transformação de propriedades rurais em seguimentos turísticos ligados ao TRAF, oportunizou aos agricultores familiares meios pluriativos de manter-se no campo e continuar exercendo o trabalho rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Praia Grande/SC**. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/praiagrande_sc. Acesso em: 26 mar. 2019.

BEDUSCHI FILHO, Luiz C.; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia Belo Horizonte** -14 (3) p. 35-70 – set/dez 2004. Disponível em: [http://each.uspnet.usp.br/beduschi/2004/Desafios%20para%20o%20desenvolvimento%20das%20regi%F5es%20rurais%20\(em%20co-autoria%20com%20Ricardo%20Abramovay\).pdf](http://each.uspnet.usp.br/beduschi/2004/Desafios%20para%20o%20desenvolvimento%20das%20regi%F5es%20rurais%20(em%20co-autoria%20com%20Ricardo%20Abramovay).pdf). Acesso em: 02 set. 2018.

IBGE. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Censos Populacionais. Anos de 1985, 1995, 2006 e 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202#resultado>. Acesso em: 5 maio. 2019.

_____. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Censos Populacionais. Anos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202#resultado>. Acesso em: 26 Mar. 2019.

_____. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar. Ano de 2005. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/praiagrande/panorama>. Acesso em: 22 Mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 14 out. 2018.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 4 nov. 2018.

_____. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Classificação dos setores de serviços**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/217-negociacoes-internacionais-de-servicos/1942-ni-classificacao-dos-setores-de-servicos>. Acesso em 24 abr. 2019.

_____. BRASIL. MINISTÉRIO da Economia. Relação Anual de Informações Sociais ação Anual de Informações Sociais – RAIS. Brasília: DF. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 3 maio 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007**. Brasília, 2004a. Disponível em: <<http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural brasileiro**. 2004b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Developmento_Turismo_Rural.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas** – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 68 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

CAMPOS, Nazareno José de; BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete Webler. **O Espaço Rural De Santa Catarina**, novos estudos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

CAPITAL DOS CANYONS. **Associações**. [Praia Grande/SC]: 2019a. Disponível em: <https://capitaldoscanyons.com/historia/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CAPITAL DOS CANYONS. **História**. [Praia Grande/SC]: 2019. Disponível em: <https://capitaldoscanyons.com/associacoes/>. Acesso em: 29 Abr. 2019.

DELGADO, Nelson Giordano. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. 2009. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisas social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisas social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

HENZ, Aline Patrícia; STADUTO, Jefferson Andronio; PIFFER, Moacir. Desenvolvimento rural sustentável e turismo rural no Brasil: uma relação de interdependência. **Revista Ateliê do Turismo**. Campo Grande/MS, v. 2, n. 1, p. 100-118, Jan. – Jun. – 2018.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá**. Complementada e atualizada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s.n.], 2005.

LINS, Hoyêdo Nunes; ROCHA, Paulo Fernandes Kieling. Manifestações do setor turístico em Praia Grande (SC) no início do século XXI. **Textos de Economia**, v. 21, n. 2, p. 124-153, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2018v21n2p124>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MAIA, E. M. M. Turismo rural na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Vista em Quixadá (CE). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15 n.1, p. 1-19, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/873/420>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Rev. Econ. Sociol.** 2007, vol.45, n.2, p.275-300. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/03.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.

RAMEH, L. M.; SANTOS, M. S. T. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontros e desencontros no campo pernambucano. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 49-66, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/496/268>>. Acesso em: 02 out. 2018.

RONSANI, Gilberto. **Praia Grande: Cidade dos Canyons: 180 anos de história**. Praia Grande: Ed. do autor, 1999.

SANTA CATARINA. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina – CIASC. **Mapa Interativo do Estado de Santa Catarina e Praia Grande**. Santa Catarina: CIASC, 2019. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml>>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. **Lei nº 14.361, de 25 de janeiro de 2008**. Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/2008/lei_08_14361.htm>. Acesso em: 14 out. 2018.

_____. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte [Turismo]. Programa rural. **Turismo rural na agricultura familiar – TRAF/SC**. Diagnóstico. Etapa II. 2017. Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/index.php/turismo/2015-09-28-18-44-15>>. Acesso em: 3 Abr. 2019.

_____. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte [Turismo]. Programa rural. **Turismo rural na agricultura familiar – TRAF/SC**. Planejamento Estratégico. Etapa III. 2019. Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/index.php/turismo/2015-09-28-18-44-15>>. Acesso em: 4 Abr. 2019.

SCHMIGUEL, Karla; VARGAS, Karine Bueno; TRATZ, Eliza do Belém. **Configuração geológica-geomorfológica e evolução da paisagem dos canyons da região de Campos de Cima da Serra - Sul do Brasil**. [?]. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Geomorfologia/21.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2018.

_____. **Turismo em comunidades rurais: inclusão social por meio de atividades não agrícolas**. Publicado como capítulo no Livro: “Diálogos do Turismo: Uma Viagem de Inclusão”. Brasília, Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.onganama.org.br/pesquisas/artigos/turismo_rural_schneider.pdf>. Acesso em 29 ago. 2018.

SELAU, Paulo Giovane. **O potencial turístico dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e a identificação dos fatores influentes ao desenvolvimento turístico do município de Praia Grande (SC)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, p.174. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/753>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paulo J. Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 28, p. 113-155, jan./jun. 1998. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18685/12058>>. Acesso em: 02 out. 2018.

_____, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 2 set. 2018.

SILVA, Tiago Moraes; MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto; SILVA, Leonardo Xavier. Processo de reprodução social da agricultura familiar em Praia Grande (SC): dinâmicas demográficas e ocupacionais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 1, p. 58-83, 2013.

UNESCO. **Representação da UNESCO no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/earth-sciences-and-geoparks/>>. Acesso em: 8 Maio 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2018.